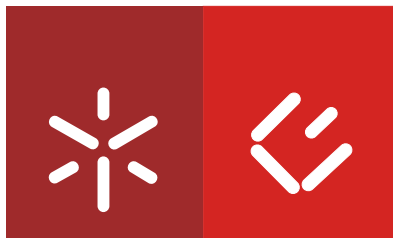


**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Fernanda Sofia Domingues Pereira

**Porquê as taxas aplicadas no Microcrédito diferem de país para país? Uma discussão com dados seccionais.**



**Universidade do Minho**

Escola de Economia e Gestão

Fernanda Sofia Domingues Pereira

**Porquê as taxas aplicadas no Microcrédito  
diferem de país para país? Uma discussão  
com dados seccionais.**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Economia Social

Trabalho realizado sob a orientação do  
**Professor Doutor Paulo Jorge Reis Mourão**

Fevereiro de 2012

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Fernanda Sofia Domingues Pereira

**Endereço electrónico:** fernanda\_sofia\_p@hotmail.com

**Título da Tese de Mestrado:**

“Porquê as taxas aplicadas no Microcrédito diferem de país para país? Uma discussão com dados seccionais.”

**Orientador:**

Professor Doutor Paulo Jorge Reis Mourão

**Ano de Conclusão:** 2012      **Designação do Mestrado:** Economia Social

AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 22 de Fevereiro de 2012

---

(Fernanda Sofia Domingues Pereira)

Dedico este trabalho ao meu pai,  
pela sua enorme coragem e lealdade,  
pelo seu exemplo,  
pelo seu apoio e por me ter  
motivado a ser o que sou hoje.



## **Agradecimentos**

O meu agradecimento, em primeiro lugar, terá de ser ao Professor Doutor Paulo Jorge Reis Mourão pelo seu incansável incentivo e apoio. Sinto-me realmente afortunada por ter aceite o meu convite, e por isso lhe estou grata. Trata-se de um professor que sempre se esforçou por retribuir o meu entusiasmo na elaboração deste trabalho, apoiando-me e motivando-me no decurso da elaboração da dissertação, com uma incansável atenção. Cabe-me também mencionar que o motivo que me levou a convidar o Professor Doutor Paulo Mourão para ser o orientador da minha dissertação de Mestrado foi sobretudo o facto de ter tido o prazer de o ter como professor no Mestrado de Economia Social. Impressionou-me o seu gosto pelo ensino, e sobretudo o seu respeito e esforço por motivar e compreender os seus alunos.

Agradeço também a todos os outros professores do Mestrado de Economia Social por me permitirem a actualização dos meus conhecimentos nas matérias leccionadas.

Ao meu filho Santiago, por me motivar a terminar esta dissertação antes do seu nascimento.



Título: Porquê as taxas aplicadas no Microcrédito diferem de país para país?  
Uma discussão com dados seccionais.

### **Resumo:**

O objectivo deste trabalho é analisar as variáveis socioeconómicas que influenciam o número de projectos de Microcrédito em todo o mundo centrando o estudo nas variáveis que levam a uma maior taxa de incumprimento e o que motiva a prática de elevadas taxas em programas de Microcrédito levados a cabo por MFIs (Instituições de Microfinanças).

Pretende-se explorar o porquê do número de devedores / credores ser maior ou menor dependendo de cada país, e que variáveis influenciam o seu comportamento. Isto irá permitir distinguir as regiões onde se pratica mais microcrédito, em que base e por que é que, em alguns casos, se detecta uma maior incidência de incumprimento. Os resultados mostraram que os casos “verdes” (caracterizados por uma menor probabilidade de incumprimento) aumentam quando é obrigatória a presença de colateral e se o caso não se passa em África. Níveis mais elevados de população abaixo da linha da pobreza, níveis mais elevados do índice de Gini, e ser um país Africano pode levar a níveis mais elevados de casos amarelos. Observou-se que a percentagem de casos vermelhos (caracterizados por uma maior probabilidade de incumprimento) tende a ser mais elevada se tivermos um valor menor de empresas que utilizam os bancos para financiar os investimentos, se observamos uma redução da expressão de pequenas empresas, e se tivermos valores menores de colateral associados ao empréstimo em causa.

Nesta época de desafio para a economia mundial, será interessante verificar/acompanhar como o sector das Microfinanças será capaz de superar o incumprimento do crédito e tentar responder á seguinte pergunta: "Quais são os determinantes para o incumprimento?". Irei tentar responder a esta questão nas secções seguintes.

**Palavras Chave:** Microfinança, taxas aplicadas a programas de Microcrédito, determinantes para o incumprimento, comparação entre países.





Title: Why Does the Microcredit Borrow Rate Differ Across Countries? A discussion with sectional data.

**Abstract:**

The purpose of this work is to study the socio-economic variables that influence the number of Microcredit projects worldwide. I also intend to study the socio-economic variables that lead to a higher default rate. In order to do this study, it will be used a database from MIX-Market and some more variables will be included. The intention is to explore why the number of debtors/lenders is higher or lower depending on each country, and what variables influence this behavior. This will allow to distinguish the regions where there is more microcredit and on what basis and why, in some cases, it is found to have a higher incidence of default. The results showed that green cases (characterized by a lower probability of default) are increased when more collateral value is required and if the case is not in Africa. Higher levels of population under the poverty line, higher levels of the Gini Index, and being an African country lead to higher levels of yellow cases. It was observed that the percentage of red cases (characterized by a higher probability of default) tend to rise if we have a smaller value of firms using banks to finance investments, if we observe a reduced expression of small firms, and if we have smaller values of collateral needed for a loan.

In this time of challenge for the world economy, it will be interesting to monitor how the Microfinance sector will be able to overcome the failure of credit and will try to answer the following question: "What are the determinants for failure?" In the following sections, i will try to answer this question.

**Keywords:** Microfinance, rates applied to Microcredit programs, determinants that can lead to failure, comparison between countries.



## ÍNDICES



<b>CAPÍTULO 1 - Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1- Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO 2 – Revisão da Literatura .....</b>	<b>5</b>
<b>2.1. Os actores presentes em Programas de Microcrédito.....</b>	<b>7</b>
<b>2.2. O microcrédito e o problema da Selecção Adversa .....</b>	<b>13</b>
<b>2.3. Uma perspectiva mundial – O Microcrédito em todo o mundo, as taxas aplicadas e as causas para o seu incumprimento .....</b>	<b>14</b>
2.3.1 Microcrédito em todo o mundo. ....	14
2.3.2 A questão da diversidade de comportamento do Microcrédito pelo mundo.....	20
2.3.3. A questão das taxas de juro aplicadas pelas MFIs.....	26
2.3.4. Causas do incumprimento no microcrédito.....	31
<b>CAPÍTULO 3 - Modelo, Dados e Resultados Empíricos sobre o Incumprimento de Microcrédito: .....</b>	<b>41</b>
<b>3. Modelo, Dados e Resultados Empíricos sobre o Incumprimento de Microcrédito:.....</b>	<b>43</b>
3.1 Aferir taxas de incumprimento. Como e que indicadores utilizar...43	
3.2 A taxonomia de Yunnus e a sua distribuição pelo Globo : .....	45
3.3. Modelo Empírico e dados: .....	49
3.4 Resultados e Implicações: .....	52
<b>CAPÍTULO 4 - Reflexão após resultados .....</b>	<b>59</b>
<b>4. Reflexão após resultados:.....</b>	<b>61</b>
<b>CAPÍTULO 5 - Conclusão .....</b>	<b>65</b>
<b>5. Conclusão:.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>77</b>
<b>Anexo I .....</b>	<b>79</b>
<b>Anexo II .....</b>	<b>87</b>
<b>Anexo III .....</b>	<b>91</b>
<b>Anexo IV .....</b>	<b>93</b>

## Índice de Tabelas:

---

Tabela 1 - Actores presentes no mercado do Microcrédito (pelo lado da oferta)	11
Tabela 2 – Actores presentes no mercado do Microcrédito (pelo lado da procura)	12
Tabela 3 - Revisão da Literatura – Autores, causas e Variáveis	38
Tabela 4 - Taxonomia de Yunnus	46
Tabela 5 - Estatísticas descritivas	51
Tabela 6 – Resultados para os casos vermelhos:	52
Tabela 7 - Resultados para os casos Amarelos	53
Tabela 8 – Resultados dos casos verdes:	54
Tabela 9 – Tabela Síntese Variáveis Red, Yellow, Green	58

## Índice de Figuras:

---

Figura 1 - População que vive abaixo da linha de pobreza .....	16
Figura 2: Nr. De Mutuários Activos Mundiais (Média de Mutuários activos por região com base em dados de 2009) .....	20
Figura 3: Percentagem de Mutuárias do Sexo Feminino (% de Mutuárias activas do sexo feminino por região, dados de 2009).....	21
Figura 4- Nr. De Mfis Activas (MFis activas por região com base em dados de 2009) .....	22
Figura 5 - Custo por empréstimo (Custo por empréstimo por região com base em dados de 2009, valores médios em USD).....	24
Figura 6 : Rácio Write-Off (Total de empréstimos incobráveis/total da carteira de empréstimos) por região com base em dados de 2009 .....	25
Figura 7 : População Rural (% sobre total) – dados relativos ao ano de 2010	62



## **Lista de Abreviaturas:**

---

ATM : Caixas automáticas

EAP : Leste da Ásia e do Pacífico

ECA : Europa e Ásia Central

LAC : América Latina e Caribe

MENA : Médio Oriente e Norte de África

MFIs : Instituições de Microfinanças

ONG: Organizações não governamentais

POS: Terminais de Ponto de Venda

SA : Sul da Ásia

## **CAPÍTULO 1 - Introdução**



## 1- Introdução

---

O Microcrédito é hoje praticado em todo o mundo. A Microfinança transformou-se numa indústria global, onde podemos ver a participação de muitos actores, como organizações não-governamentais, governos, bancos privados e estatais e outras organizações de ajuda. Tornou-se uma ferramenta poderosa na luta contra a pobreza.

Os recentes acontecimentos<sup>1</sup> têm-nos levado a questionar se haverá futuro para a Microfinança. O problema dos bancos comerciais passarem a praticar Microcrédito tem sobretudo a ver com o custo de oportunidade (como passam de bancos normais com clientes lucrativos e prósperos para clientes pobres com pouco potencial de crescimento). Coloca-se também a questão dos sectores de actividade onde este tipo de programas estão a ser aplicados e quais os ramos onde estão a surgir maiores problemas de incumprimento. Existem elevadas taxas de mora neste tipo de programas quando os mutuários são pequenas empresas, porque existe essencialmente uma crise na própria procura dos bens /serviços que estas empresas comercializam no local onde se encontram a operar.

No caso de existir potencial para exportação já a situação é diferente. Não podemos ver apenas metade da equação, mas sim a equação no seu todo. Temos de analisar se a criação de uma empresa terá o apoio e a procura necessária para subsistir.

---

<sup>1</sup> No final do ano de 2010 surgiram alguns rumores acerca da potencial falha de programas de microcrédito devido às elevadas taxas aplicadas, refinanciamento de empréstimos para pagar outros, e táticas agressivas de recuperação de crédito que terão levado a uma recente vaga de suicídios na região de Andhra Pradesh, Índia. Estes acontecimentos chamaram a atenção da comunidade internacional quanto ao real sucesso dos programas de Microcrédito na prossecução dos seus objectivos.

Agora, torna-se necessário reavaliar o caminho que o Microcrédito seguiu, verificar para onde se está a dirigir, e avaliar os principais desafios que irá enfrentar, por forma a nunca perder de vista o principal objectivo para o qual foi criado: o alívio da pobreza. É necessário avaliar os principais motivos que levam à sua falência nalguns casos, a fim de superar o incumprimento.

Esta dissertação está dividida por cinco capítulos. O capítulo um refere-se à introdução. O capítulo dois é a revisão de literatura dividida em subsecções, referentes aos actores presentes em programas de Microcrédito, o microcrédito e o problema da selecção adversa e uma perspectiva mundial onde se analisa a sua distribuição pelo mundo, as taxas aplicadas e as causas para o seu incumprimento enunciadas por alguns autores. No capítulo três apresento os dados, o modelo e os resultados empíricos sobre o incumprimento do Microcrédito, dividido em quatro subsecções dedicadas à problemática de aferir taxas de incumprimento, como e que indicadores utilizar, a explicação da taxonomia de Yunnus e a sua distribuição pelo globo, os dados e modelo empírico assim como os seus resultados e implicações. No capítulo quatro apresento uma reflexão após resultados e, por fim, no capítulo cinco é apresentada a conclusão.

## **CAPÍTULO 2 – Revisão da Literatura**



## **2.1. Os actores presentes em Programas de Microcrédito.**

---

Quando se fala em actores do Microcrédito devemos esclarecer se estamos a falar de actores presentes do lado da oferta ou do lado da procura. Do lado da procura temos os mutuários de Microcrédito. De acordo com Fridell (2007), os mutuários deste tipo de créditos são indivíduos pobres, sem acesso ao sistema bancário/financeiro formal e que também não têm, ou não querem ter, acesso a fontes informais de Microcrédito (agiotas e familiares essencialmente). Por norma, são indivíduos que trabalham sem qualquer vínculo laboral, dedicando-se a actividades de pequeno comércio, vendedores de rua, pequenos agricultores e geralmente encontram-se em zonas rurais. Basicamente representam o sector de mercado que o sector financeiro exclui.

Do lado da oferta do Microcrédito temos as diversas fontes que se dedicam a conceder este tipo de empréstimos. Muhammad Yunnus, em 2006, sugeriu uma ampla classificação dos actores existentes, sendo ela a seguinte:

1. Formas tradicionais e informais de Microcrédito (Agiotas, Penhores, Familiares, etc);
2. Grupos tradicionais informais (como por exemplo <sup>2</sup>TONTIN, SU SU, Roscas, etc);
3. Actividades de Microcrédito por meio de bancos convencionais ou especializadas (tais como: crédito agrícola, crédito pecuário, etc);
4. Crédito Rural através de bancos especializados;
5. Cooperativas de Microcrédito (cooperativas de crédito, associações de poupança e empréstimo, bancos de poupanças, etc);
6. Crédito ao consumo;

---

<sup>2</sup> Tontin, Su Su e Rosca's (Rotating Savings and Credit Association): consistem basicamente em grupos de crédito que podem ser informais ou formais. Consiste na realização de pequenos créditos através da colecta de várias pequenas poupanças, tendo uma participação activa e próxima da comunidade, sobretudo de uma forma maioritariamente informal (Schreiner, 2000; Rogers, 2000)



7. Parcerias de Microcrédito “Bancos – ONG’s”;<sup>3</sup>
8. Tipo de crédito “Grameen Bank” ;
9. Outros tipos de crédito concedidos por ONG’s;
10. Outros tipos de crédito não ONG e sem colaterais;

Yunnus refere que, quando estamos a avaliar os impactos e resultados dos programas de Microcrédito, interessa salientar qual o tipo de agente que o está a praticar, pois cada um assume as suas próprias características e propósitos.

Harper (1994) assinou um artigo cujo objectivo é descrever alguns exemplos de Microcrédito lucrativo ou que, pelo menos, cubram os custos associados. Os chamados “moneylenders” (agiotas) são os principais “fornecedores” de dinheiro dos pobres. Podem realizar os empréstimos directamente e em dinheiro ou através do fornecimento de matérias-primas ou ainda através da antecipação de dinheiro contra colheitas futuras. As taxas de juro utilizadas são extremamente elevadas, porém, sabe-se que o risco de o fazer é muito elevado, a escala de actividade é pequena e têm de realizar um acompanhamento muito próximo e custoso para garantir o retorno do mesmo. Em alguns países, estes prestamistas/agiotas têm inclusivé de evitar ou contornar a lei, pois a usura é ilegal logo, acrescentam o prémio de ilegalidade ao preço do capital que emprestam. Harper (1994) menciona que outro tipo de actores de Microcrédito são também os grupos locais e as organizações voluntárias que cobrem parte dos seus custos operacionais com o rendimento dos juros que obtêm, geralmente operam numa escala local porém, têm capacidade para atingir algumas centenas ou alguns milhares de pessoas, sendo o seu impacto global reduzido.

---

<sup>3</sup> É frequente surgirem parcerias entre ONG’s e Instituições Financeiras no âmbito da prática do microcrédito. Estas parcerias consistem essencialmente na capacitação das ONG’s com apio técnico e recursos financeiros sob a forma de empréstimos, permitindo às ONG actuar directamente com o cliente final, fazendo com que desta forma seja possível a prática do microcrédito.

Outros dos actores mencionados por Harper (1994) são as Instituições de Microcrédito/Microfinanças como o são o Grameen Bank que emprestam somas que rondam os 60 dólares, recuperam cerca de 98% desses empréstimos sendo que 96% dos seus clientes são mulheres, mas parte dos fundos provêm de ajuda, caridade e subsídios. Os grupos comunitários são outros actores mencionados que alcançaram notáveis taxas de recuperação devido ao conhecimento e proximidade. Harper (1994) menciona ainda que programas de Microcrédito bem desenvolvidos e correctamente desenhados desencorajam as pessoas que entram com intenção de explorar e enganar, dado que se tratam de pequenos empréstimos com acompanhamento próximo e pagamentos de juros regulares, o que torna todo o processo muito cansativo (Harper, 1994).

Torna-se necessário continuar a analisar e a avaliar os actores que encontramos a praticar Microcrédito. A European Microfinance Platform (E-MFP) compilou um directório denominado “European Microfinance Actors Directory 2010” onde são listadas as organizações europeias a trabalhar em Microfinanças em países em vias de desenvolvimento com o objectivo de se perceber onde cada organização trabalha e em que campos centram mais o seu estudo, sendo que o objectivo final será facilitar a criação de sinergias e cooperação ao nível europeu. Tem como membros actuais Bancos e Instituições Financeiras, Agências Governamentais, ONGs, Consultoras, Investigadores e Universidades.

Segundo Lapenu e Zeller (2001), as MFIS podem ser classificadas segundo o seu estatuto legal podendo ser ONG’s, Cooperativas, Instituições Bancárias registadas, Organizações Governamentais ou Projectos.

Quando analisamos os agentes que se encontram a praticar Microcrédito podemos também fazer uma divisão entre agentes formais, informais e semiformais. Fridell (2007) assinou uma tese em que analisou a coexistência destes três tipos de agentes na Jordânia onde define as características que cada um dos sectores assume. As características do Microcrédito informal prendem-se com o facto de se praticar essencialmente em áreas rurais.

Quando as fontes informais (famílias, vizinhos) não estão disponíveis ou não são suficientes, necessitam de fontes de financiamento mais credíveis e mais baratas que os agiotas e têm necessidade de recorrer ao sector formal ou semiformal. Normalmente o Microcrédito informal exige proximidade e conhecimento (Fridell,2007). Os credores informais podem ser credores individuais, associações ou empresas (Germidis, 1990).

O Microcrédito formal por norma exige algum tipo de colateral para ser concedido. É praticado por Bancos Especiais (Bancos Agrícolas e Rurais, Fundos de Desenvolvimento e outras Instituições). Este tipo de bancos também pode apoiar as Instituições de Microfinanças semiformais ou mesmo os credores informais através de assistência , por exemplo, com capital subsidiado. Estão voltados para a concessão de empréstimos aos pobres sem se preocupar necessariamente com critérios de sustentabilidade porém o sucesso e alcance destas instituições são limitados (Fridell, 2007).

O Microcrédito semiformal é praticado sobretudo por MFIs (Microfinance Institutions – Instituições de Microfinanças). Refere-se sobretudo a programas de Microcrédito criados pelo governo e doadores. Incluem-se aqui quatro diferentes actores: MFIS, Bancos Públicos e Formais, Bancos Comerciais que financiam a actividade das MFIS e Países Dadores (que apoiam projectos de Microfinanças como parte das suas estratégias de cooperação internacional). Tendem a manter as características institucionais dos empréstimos, utilizando informações como as características do sector informal da comunidade. Os credores informais têm a vantagem da informação, proximidade, menos custos de atribuição de crédito e proximidade da população rural. Os credores formais têm a experiência, a confiabilidade e o baixo custo de crédito a seu favor. Os credores semiformais usam inovações como por exemplo a concessão de empréstimos em grupo (Fridell , 2007).

**Tabela 1- Actores presentes no mercado do Microcrédito (pelo lado da Oferta)**

<b>Actores</b>	<b>Autores que os mencionam</b>	<b>Principais características</b>
"Moneylenders" Agiotas	- Malcom Harper (1994); Fridell (2007); Dokulilova, Janda e Zetek (2009);	- Taxas de juro elevadas - Elevado risco de incumprimento - Escala de actividade pequena -Necessidade de acompanhamento próximo e custoso - Actividade ilegal em diversos países
Grupos Locais e Organizações Voluntárias	Malcom Harper (1994);	-Parte dos custos operacionais é coberta com os lucros obtidos -Operam em escala local
Instituições de Microcrédito Tipo Grameen Bank	Malcom Harper (1994); Fridell (2007); Dokulilova, Janda e Zetek (2009);	-Emprestam numerosos empréstimos de pequenas somas -A maioria dos mutuários são mulheres -Os fundos provêm de ajuda, caridade e subsídios
Grupos Comunitários	Dokulilova, Janda e Zetek (2009);	-Os custos de transacção são passados para os intermediários existentes -Elevadas taxas de recuperação de crédito

Fonte: Elaboração Própria

Com base na revisão da literatura efectuada (Dokulilova, Janda e Zetek 2009; Fridell 2007; Harper 1994; Germidis 1990), posso então criar uma tabela em que divido os agentes praticantes de microcrédito em 3 sectores: Formal, Informal e Semiformal.

**Tabela 2 – Actores presentes no mercado do Microcrédito (pelo lado da Oferta)**

<b>Actores Formais</b>	<b>Actores Semiformais</b>	<b>Actores Informais</b>
ONG's	Instituições de Microfinanças	"Moneylenders" (agiotas)
Cooperativas	Bancos Públicos	Familiares
Bancos Públicos	Bancos Comerciais	Amigos
Bancos Comerciais <sup>4</sup>	Países dadores	Vizinhos
Agências de Crédito	MFFI's (Microfinance Financial Intermediaries) <sup>5</sup>	Associações Informais (tipo ROSCAS, Uniões de crédito Informais, etc)
Bancos Especiais (ex: Bancos Agrícolas e Rurais, Fundos de Desenvolvimento, Outras instituições)		

Fonte: Elaboração Própria

---

<sup>4</sup> Sendo eles Bancos de Microfinanças, podendo ser enquadrados nas seguintes categorias: MFB's (Microfinance Banks) são bancos exclusivamente a trabalhar na Microfinança, MFOB's (Microfinance Oriented Banks) especialmente orientados para a prática de Microfinança, MFSB's (Microfinance Sensitive Banks) não praticando exclusivamente Microfinanças (Dokulilova, Janda and Zetek , 2009).

<sup>5</sup> MFFI's ((Microfinance Financial Intermediaries), Intermediários Financeiros de Microfinanças, basicamente são instituições intermediárias de microcrédito que providenciam vários serviços financeiros mas por norma não aceitam depósitos, não estando sujeitos a regulação bancária. As mais populares MFFI's são as ONG financeiras, cuja actividade principal consiste em conceder crédito como parte de projectos de desenvolvimento combinados com outro tipo de assistência social.

## **2.2. O microcrédito e o problema da Selecção Adversa**

Os grupos mais desfavorecidos não têm historial de crédito. Assim como não têm na sua maioria colateral algum, rendimentos fixos/estáveis para oferecer num processo de concessão de crédito. Os bancos comerciais por norma não abrangem este tipo de clientes, normalmente estão afastados geograficamente para analisar e acompanhar o comportamento deste tipo de cliente e os empréstimos são por norma demasiado pequenos para compensar os custos operacionais da sua atribuição e acompanhamento (Dokulilova, Janda e Zetek, 2009).

Supondo que existem dois tipos de mutuários, uns mais “seguros” e outros mais “arriscados”, como a instituição que está a praticar o microcrédito não os conhece, irá conceder crédito a uma taxa de juro mais elevada, que irá atrair os mutuários menos seguros e afastar os mais seguros. Os empréstimos de grupo podem ajudar a colmatar esta dificuldade, pois há um conhecimento mais aprofundado dos mutuários candidatos ao Microcrédito (Guttman, 2006).

Quando os Actores que estão a praticar o Microcrédito não têm conhecimento suficiente dos mutuários, existe a tendência de se aplicar elevadas taxas de juro neste tipo de empréstimos para compensar o risco assumido, pois não existe informação suficiente para se distinguir entre os “bons” e os “maus” projectos, fazendo muitas vezes que as taxas de juro aplicadas se tornem ineficientes, o que provoca o afastamento do mercado de crédito de “bons” mutuários com “bons” projectos uma vez que as taxas revelam-se tão altas que não lhes permite aproveitar oportunidades de investimento rentáveis (Aghion e Gollier, 2000) . Aghion e Gollier (2000) defendem também que os empréstimos em grupo serviriam como uma forma de superar este problema, sendo que a responsabilidade de grupo, assim como um maior conhecimento e acompanhamento, permitem a aplicação de taxas de juro mais moderadas e rentáveis para ambas as partes.

## **2.3. Uma perspectiva mundial – O Microcrédito em todo o mundo, as taxas aplicadas e as causas para o seu incumprimento**

### **2.3.1 Microcrédito em todo o mundo.**

---

A Microfinança (mais especificamente o Microcrédito) tem sido praticada, provavelmente, desde há muitos séculos, mas até a década de 1980, era vista numa perspectiva mais informal ou de caridade (Ming-Yee, 2007).

Muhammad Yunnus fundou o Banco Grameen (traduzido, Banco da Aldeia), em 1983. Esta foi a primeira instituição em todo o mundo a praticar oficialmente o microcrédito. No início do Grameen Bank, o objectivo era conceder empréstimos sem exigir colateral para pessoas que necessitam e são excluídos do sistema bancário tradicional. Estes empréstimos permitir-lhes-iam uma fuga da situação de pobreza extrema. Yunnus disse que a pobreza é uma doença crónica que não pode ser tratada com medidas *ad hoc*. Podem ser tomadas medidas de curto prazo para a combater, mas temos sempre de ter em mente uma estratégia de longo prazo (Yunus, 1997). Ele também salienta um ponto importante: que o microcrédito deve ser visto como um instrumento para combater a pobreza e não como a sua única solução.

Quando questionado sobre a origem das ideias inovadoras do Banco Grameen e como conseguiu criar um banco quando ele não era um banqueiro e não tinha experiência bancária, M. Yunnus respondeu que olhou para os bancos convencionais e fez tudo ao contrário (Yunus, 1997).

Internacionalmente, o modelo Grameen foi replicado por vários países, tanto nos países desenvolvidos como nos países em vias de desenvolvimento: África, Ásia, Oceania, Américas e Europa (Aghion e Morduch, 2010).

Os empréstimos do tipo “Grameen” têm características muito próprias. São muito diferentes dos típicos contratos bancários para pequenos negócios.

Os clientes deste tipo de empréstimos são geralmente demasiado pobres para dar qualquer tipo de garantia (colateral) logo, são utilizadas as suas relações em comunidade como garantia. O contrato de empréstimo envolve grupos de pessoas e não indivíduos actuando sozinhos. Os grupos são formados voluntariamente e é esperado da parte de todos os membros do grupo que se auxiliem se surgir alguma dificuldade. Cada grupo é composto por cinco elementos. Os empréstimos primeiro são atribuídos a dois membros, depois a mais dois e por fim ao último membro do grupo. Podem voltar a solicitar os empréstimos sempre que liquidarem os anteriormente solicitados. Se algum membro do grupo falhar na devolução do empréstimo, e o grupo não liquidar a dívida desse elemento, serão negados futuros empréstimos. Além deste vínculo, cada grupo de cinco membros faz parte de um centro composto por oito grupos. Os pagamentos são feitos publicamente, com a presença dos elementos do grupo (Aghion e Morduch, 2010).

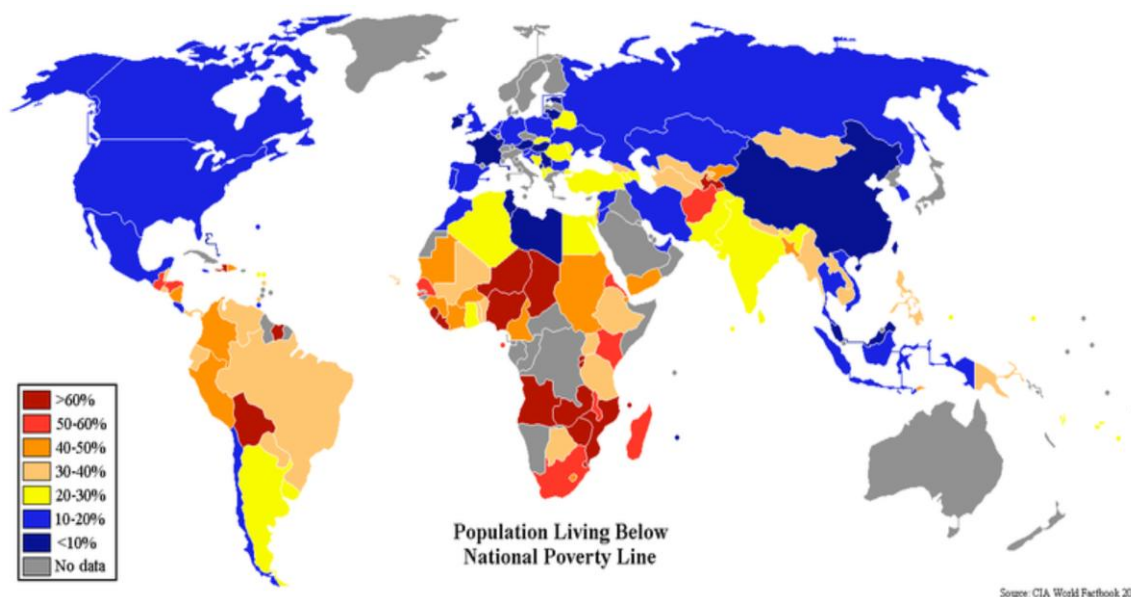
Actualmente, o Microcrédito é desenvolvido em vários países ao redor do mundo: existem mais de 10.000 Instituições de Microfinanças, representando hoje um negócio de € 50 biliões anuais para 500 milhões de mutuários (Augé, Lebrun e Piozin, 2010).

Vários esquemas de Microcrédito bem sucedidos em todo o mundo fazem acreditar que o sucesso do Microcrédito nos países em vias de desenvolvimento tem provado que não é a falta de vontade que explica por que os pobres continuam pobres, mas sim a falta de oportunidade (McDowell, 2006).

A pobreza não é distribuída uniformemente ao redor do mundo e o fosso entre ricos e pobres é grande. A figura 1 ilustra essa realidade.



**Figura 1 - População que vive abaixo da linha de pobreza**



Fonte: CIA World Factbook 2008

Em 2000, os líderes mundiais das Nações Unidas comprometeram-se com a ambiciosa meta de reduzir a pobreza em 50% até 2015. O Grameen Bank foi o início de muitas histórias bem-sucedidas ao redor do mundo. Os empréstimos tipo Grameen têm em comum o facto de terem como alvo as comunidades que têm dificuldade de acesso a financiamento e a serviços financeiros, sempre com a ideia de que os financiamentos/empréstimos não são caridade.

O "Financial Access 2010" é um relatório elaborado pelo CGAP (Consultative Group to Assist the Poor) e pelo World Bank Group com dados do ano de 2009 (havia já sido realizado o "Financial Access 2009" com dados de 2008, o que lhes permite estabelecer comparações entre os anos de 2008/2009). Neste relatório, os autores desenvolveram uma análise de 142 países em que verificam informação relativa às mudanças no acesso a serviços financeiros (alguns autores estimam que cerca de metade das famílias no mundo não têm acesso a uma conta bancária). Chegaram a algumas conclusões fundamentais e determinantes: em países pobres, onde o acesso financeiro continua a ser limitado em regra, as Instituições de Microfinanças

assumem maior responsabilidade em promover actividades relacionadas com a inclusão financeira, como a poupança e o acesso a áreas rurais.

A “indústria da Microfinança” tem crescido de forma sustentável e conheceu uma evolução importante ao nível do profissionalismo com que se desenvolve pelo mundo.

Neste relatório (Financial Access 2010) é mencionado que, em geral, os países ricos têm, em média, quadros de defesa do consumidor mais completos: 60% destas economias têm uma equipa alocada a trabalhar as questões de defesa do consumidor de crédito. A regulação é um assunto importante para analisar ao falar sobre Microcrédito. Embora o número de contas empréstimo em todo o mundo se tenha mantido praticamente inalterado, o volume de empréstimos caiu (o número de empréstimos diminuiu em 57% das economias constantes neste relatório, com algumas excepções). Há evidência de que o acesso a serviços financeiros está a melhorar e que a estabilidade macroeconómica é fundamental para o acesso aos serviços de crédito.

Os países pobres conheceram maior crescimento no número de agências bancárias, caixas automáticos (ATM) e Terminais de Ponto de Venda (POS). Isto também nos diz que os serviços de acesso ao financiamento estão a melhorar nos países pobres. De acordo com o Financial Access 2010, os bancos comerciais têm dois terços (66%) de todas as agências bancárias, seguidos por cooperativas (23%) e Instituições de Microfinanças e Instituições Financeiras especializadas (11% combinados).

As práticas de Microcrédito devem ser estudadas, tendo em conta a demografia e as diferenças entre as regiões. O CGAP faz uma divisão territorial da seguinte forma:

1. Leste da Ásia e do Pacífico (EAP)
2. Europa e Ásia Central (ECA)
3. América Latina e Caribe (LAC)
4. Médio Oriente e Norte de África (MENA)
5. Sul da Ásia (SA)

Há uma percentagem mais elevada de microcrédito e um maior número de MFIs (Instituições de Microfinanças) nos países Asiáticos e do Pacífico (Latifee, 2006). Esta região também representa uma grande "fatia" global da população mundial (22%) com uma concentração de 25% dos pobres do mundo (segundo dados do CGAP). Nesses países, tem havido uma relativa resistência à crise internacional financeira mundial. Em média, estes são países onde a atividade financeira ocorre com grande controlo do Estado.

Em relação à Europa e Ásia Central, o relatório (Financial Access 2010) analisa 22 países da região, com uma população total de cerca de 366 milhões de pessoas. Em Janeiro de 2009, existiam cerca de 8.200 Instituições de Microfinanças activas. Na região LAC (América Latina e Caribe), verificamos que existe um sector de regulamentação financeira em crescimento rápido em todos os países. Tem havido um aumento da regulação e intervenção directa dos governos. Quanto aos países MENA (Médio Oriente e Norte da África), têm surgido muitos desenvolvimentos recentes na região, particularmente com relação ao aumento da violência associada a movimentos de instabilidade política e social. Neste relatório (Financial Access 2010), os autores afirmam que as Instituições de Microfinanças que actuam na região MENA são mais dependentes da dívida e do financiamento global do que as restantes regiões.

No Sul da Ásia, existe uma grande disparidade regional na distribuição da Microfinança: por um lado países com décadas de experiência (por exemplo, Bangladesh) e, por outro, países agora a tomar as primeiras medidas de Microfinanças (por exemplo, no Afeganistão), segundo o relatório Financial Access 2010.

A Índia é o país que mais cresce no mundo das MFIs (Shastri, 2009). A recente crise financeira não atingiu a região Sul da Ásia porém, surgem agora alguns problemas de reembolso no Paquistão e mais recentemente, alguns sinais de problemas surgiram na Índia e no Bangladesh. O Paquistão e o Nepal regulam as actividades de Microcrédito através dos respectivos bancos centrais<sup>6</sup>, sendo que o Paquistão está actualmente a criar um gabinete próprio através de uma parceria público privada nesta matéria (CGAP, 2012). Índia, Sri Lanka e Butão estão a envidar esforços no sentido de analisar o quadro regulamentar dos sistemas de Microcrédito. As Taxas de juro aplicadas a este tipo de programas continuam a ser um tema muito sensível.

Alguns acreditam que as MFIs foram criadas fundamentalmente com um objectivo comum - a redução da pobreza - mas muitas delas começam a assemelhar-se a instituições tradicionais com fins puramente lucrativos. Alguns críticos dizem que as MFIs não são comerciais o suficiente. Counts (2008) propõe um novo modelo onde a Microfinança pode ser mais relevante e eficaz para a população pobre mundial e mais lucrativa para quem a pratica no longo prazo. Counts (2008) acredita que é necessário re-imaginar as MFIs existentes a fim de recuperar ao máximo a confiança pública.

---

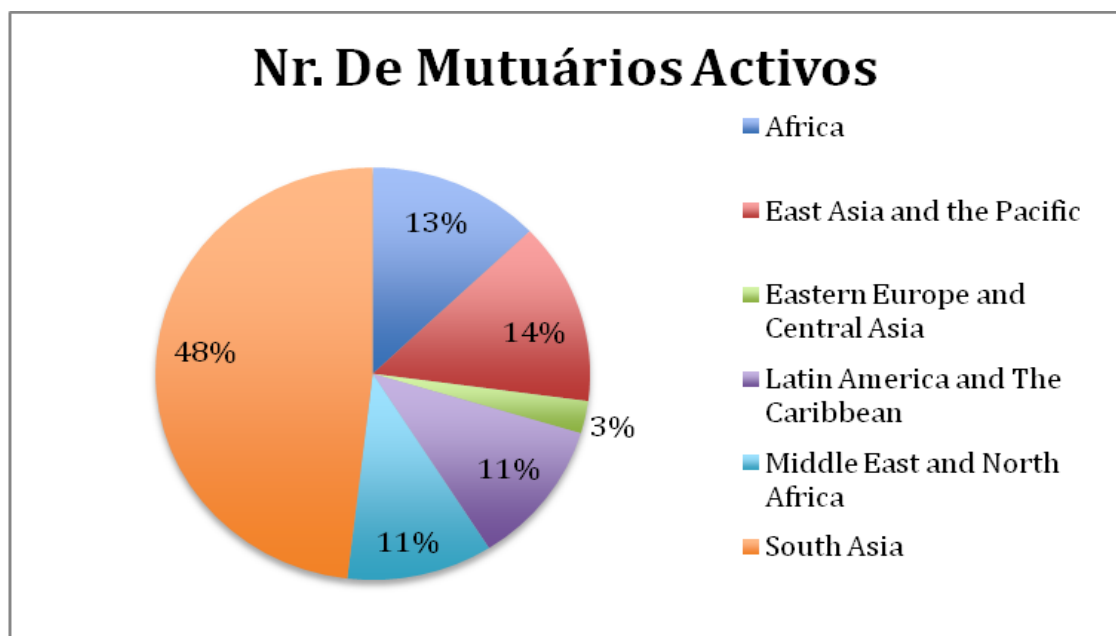
<sup>6</sup> SBP - State Bank of Pakistan e NRB - Nepal Rastra Bank.

### 2.3.2 A questão da diversidade de comportamento do Microcrédito pelo mundo

---

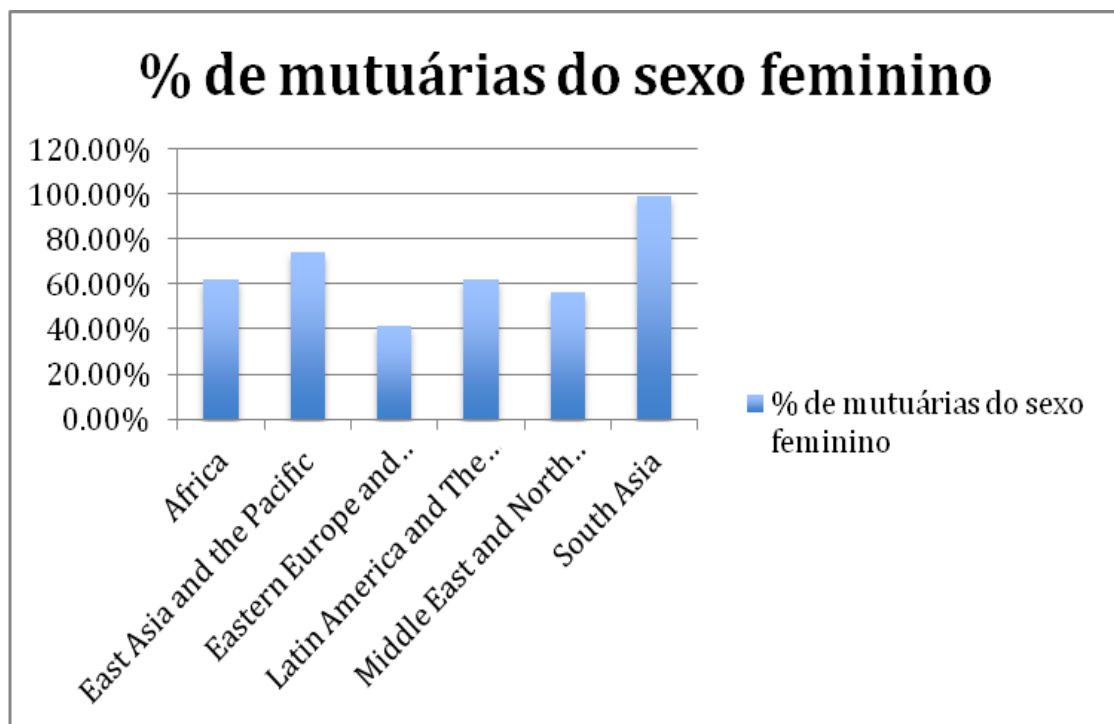
Utilizando o Mix Market para ilustrar as disparidades de aplicação do microcrédito pelo mundo podemos ter uma visão global da sua distribuição, que assume grandes disparidades entre regiões, e esta questão foi sobretudo o que mais chamou a atenção como factor motivacional de realização deste trabalho.

**Figura 2: Nr. De Mutuários Activos Mundiais (Média de Mutuários activos por região com base em dados de 2009)**



Fonte: The Mix Market 2009

**Figura 3: Percentagem de Mutuárias do Sexo Feminino (% de Mutuárias activas do sexo feminino por região, dados de 2009)**



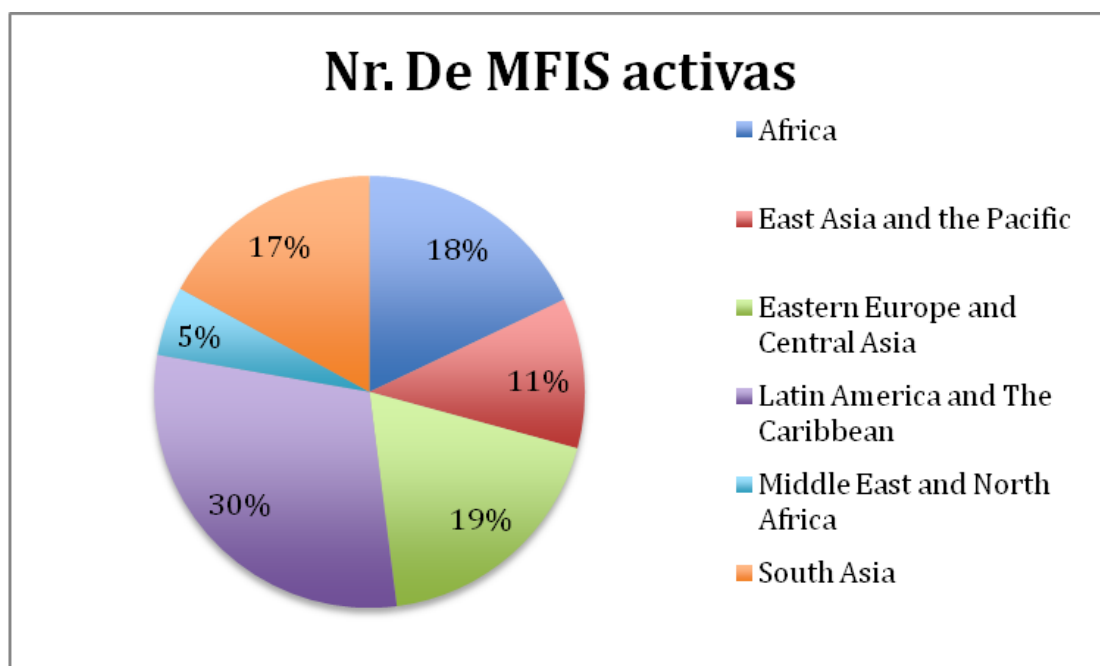
Fonte: The Mix Market 2009

É de facto notória, por todo o globo, (com excepção da região Europa e Ásia Central) que em termos de género, este tipo de programas se dedica na sua maioria a emprestar a mutuárias maioritariamente do sexo feminino, o que continua a seguir a orientação do Grameen Bank, cujo cliente alvo são as mulheres. As mulheres também apresentam taxas de cumprimento no pagamento de crédito melhores que os homens (de acordo com diversos autores), mas foi também o suicídio de algumas destas mulheres que acederam ao microcrédito que alarmou a comunidade internacional<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Em 28 de Dezembro de 2010, a Bloomberg publicou uma notícia intitulada "Suicides in India Revealing How Men Made a Mess of Microcredit"(disponível online <http://www.bloomberg.com/news/2010-12-28/suicides-among-borrowers-in-india-show-how-men-made-a-mess-of-microcredit.html?nstrack=sid%3A4853066met%3A300cat%3A0order%3A4>), onde são noticiadas uma série de dificuldades relacionadas com o microcrédito que começaram a surgir na região Indiana de Andhra Pradesh, nomeadamente chamando a atenção para o facto de entre Março 2010 e 19 Novembro de

A indústria da Microfinança foi mais uma vez inovadora ao reconhecer as mulheres como elementos essenciais para o desenvolvimento das suas comunidades (Cheston, 2007). Muitos programas de microcrédito são desenhados sobretudo para mulheres. A igualdade dos géneros assume, neste tipo de programas, grande destaque. Num relatório publicado pelo Banco Mundial (EnGendering Development, 2001) concluem que sociedades que discriminam com base no género têm maiores níveis de pobreza, níveis de crescimento económico mais lentos, Governos mais fracos e menor qualidade de vida.

**Figura 4- Nr. De Mfis Activas (MFis activas por região com base em dados de 2009)**



Fonte: The Mix Market 2009

---

2010 mais de 70 pessoas, sobretudo mulheres, terem cometido suicídio para escapar aos pagamentos dos microcréditos que detinham.

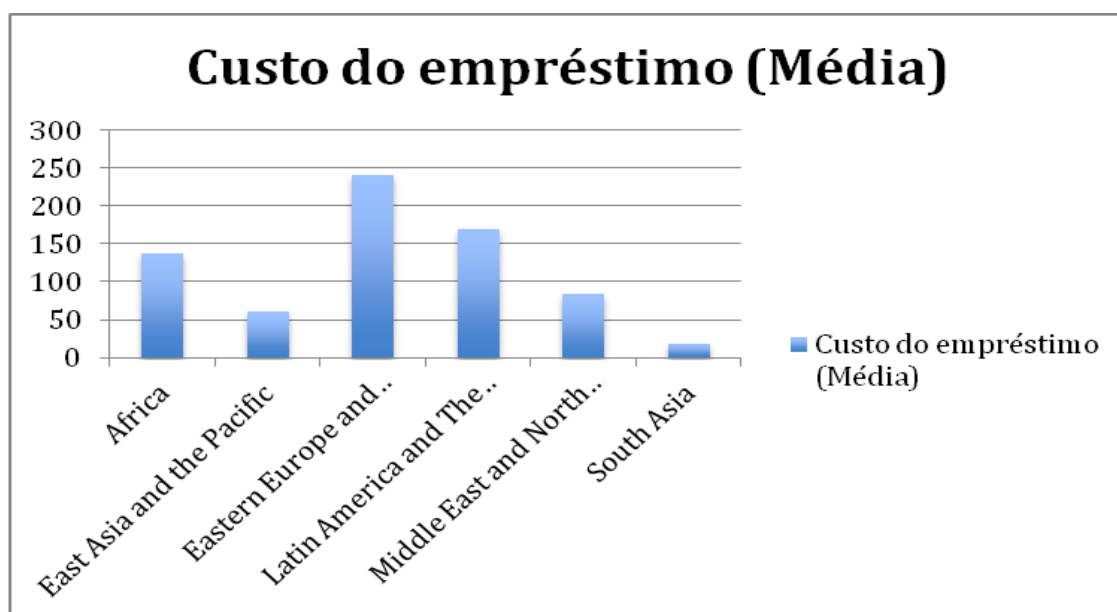
Shastri (2009) referiu no seu artigo intitulado “Micro finance and poverty reduction in India (A comparative study with Asian Countries)”, acerca da disparidade mundial existente em relação às MFIs, que existem quatro gigantescas Instituições na Ásia, sendo elas o Grameen Bank, ASA Bangladesh, BRAC and BRI, sendo estas instituições imbatíveis na escala dos serviços que abrangem. Shastri (2009) refere ainda no seu artigo que as MFIs a operar na Ásia gerem mais de 4 biliões de dólares em empréstimos e servem uns impressionantes 22,5 milhões de clientes, sendo que as instituições asiáticas representam menos de um quarto do total mundial de MFIs e servem dois terços do total mundial de mutuários de microcrédito. Em 2000, Lapenu publicou os resultados de um estudo realizado em 1999 pelo IFPRI (International Food Policy Research Institute) acerca da distribuição de MFIs pelo mundo.

Mais tarde, em 2001, Lapenu e Zeller publicaram um estudo onde foram incluídos 85 países em vias de desenvolvimento e analisados os dados de cerca de 1500 MFIs (790 espalhadas pelo mundo e 688 na Indonésia), dados recolhidos maioritariamente entre 1996 e 1998 (Lapenu e Zeller, 2001). Este estudo permitiu aos autores perceber a diversidade mundial de MFIs, no que respeita á sua actuação, recursos utilizados e status legal. No entanto temos sempre de ter presente a dificuldade de realizar um inventário de MFIS pelo mundo inteiro, dado existirem muitas MFIS a operar de forma informal ou semiformal. Consideram neste estudo que as MFIs estão espalhadas pelo mundo, sendo que a América Latina e o Sudeste Asiático estão particularmente bem servidos. Concluíram, no final do estudo, que as MFIS estão bem representadas em termos de número nas regiões da Ásia, África e América Latina, e que as MFIs a operar nas regiões do Sudeste da Ásia, América Latina e África Ocidental e Oriental recebem um maior apoio internacional e representam a maioria dos clientes e volumes de crédito envolvidos na Microfinança (Lapenu e Zeller, 2001).



Na figura nr.4, em que são apresentadas as MFIS espalhadas pelo mundo segundo dados do MixMarket relativos ao ano de 2009, verificamos que em duas regiões mundiais (Sudeste Asiático e América Latina e Caraíbas) se encontram cerca de 41 % das MFIs activas mundiais e representam 25% dos mutuários activos mundiais (ver figura 2). Com os dados do Mix Market verificamos também que o Sul da Ásia, com 17% das Mfis activas a operar mundialmente atinge uns impressionantes 48% de mutuários activos (ver figura 2 e 4), o que pode ter a ver com o facto de ter MFIS maiores a operar na região. Segundo os mesmos dados, África com 18% das MFIS mundiais a operar na região, assume 13 % dos mutuários activos a nível mundial.

**Figura 5 - Custo por empréstimo (Custo por empréstimo por região com base em dados de 2009, valores médios em USD)**



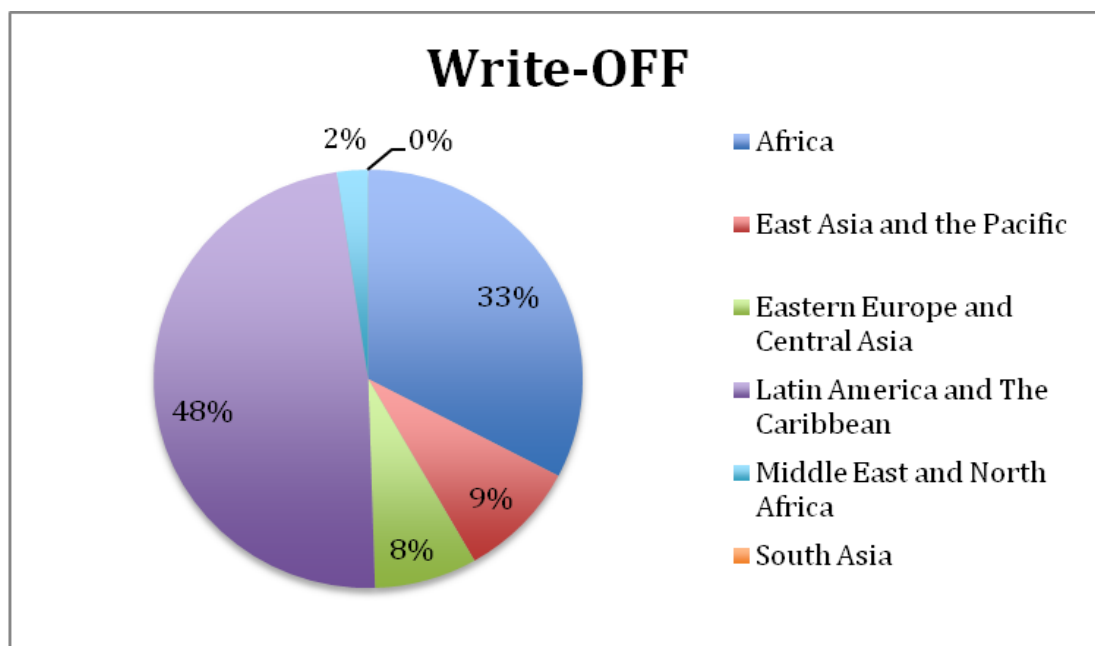
Fonte: The Mix Market 2009

O custo de emprestar Microcrédito é uma questão muito pertinente. Pelas suas características específicas torna-se bastante mais dispendioso emprestar este tipo de créditos do que os créditos convencionais bancários. Segundo dados do Mix Market relativos a 2009 (figura 5), o custo deste tipo de créditos é mais elevado em três regiões mundiais: Europa Oriental e Ásia Central, América Latina e Caraíbas e África. O custo de emprestar em Microcrédito é elevado. Os custos operacionais deste tipo de créditos são

compostos por custos com pessoal e administrativos (renda, serviços água, luz, material de escritório, etc). Quanto mais remotas e de difícil acesso forem as zonas onde se pratica o Microcrédito, mais os custos operacionais têm tendência a aumentar.

A forma de medir o incumprimento em programas de microcrédito é bastante controversa e complicada. Existe a dificuldade de obter informação adequada e padronizada para que se possa comparar dados. O rácio “write off” (total de crédito sem recuperação/total do portfólio de empréstimos) mede a taxa de incumprimento do portfólio de cada MFI, porém, como não existe legislação adequada que regule este tipo de informação, a maior parte das MFIS não informam correctamente estes valores (Dorfleitner and Mosch, 2010). É necessário haver a criação de mecanismos de avaliação e monitorização pensados a longo prazo para produzir fontes de dados fiáveis (MacIsaac, 1997). De acordo com os dados do MixMarket, o incumprimento em programas de microcrédito é mais flagrante na região da América Latina e Caraíbas (rácio write-off atinge valores de 48%) e África (rácio write-off atinge valores de 33%), tendo em conta o referido rácio Write-Off (figura 6).

**Figura 6 : Rácio Write-Off (Total de empréstimos incobráveis/total da carteira de empréstimos) por região com base em dados de 2009**



Fonte: The Mix Market 2009

### 2.3.3. A questão das taxas de juro aplicadas pelas MFIs.

---

Nimal (2006) afirma que se torna essencial para a atribuição de Microcrédito, a cobrança de preços suficientemente elevados de maneira a suportar os custos de emprestar, dado que essa é uma prática fundamental de qualquer empresa que queira continuar a operar para além do curto prazo (Nimal, 2006).

Existem hoje vários mitos relacionados com o tema das Microfinanças. Um deles é o de que a actividade da Microfinança se resume apenas em conceder empréstimos porém, as “poupanças” são também uma parte importante dela. Outro dos mitos que surgem relacionados com a Microfinança é o facto das suas elevadas taxas de reembolso se deverem sobretudo ao uso de contratos de grupo (empréstimos tipo Grameen), mas, apesar de sabermos que se trata de um foco importante quando analisado o Microcrédito, são notadas agora algumas tensões emergentes, e são agora apresentadas algumas soluções para além dos empréstimos em grupo (práticas como o empréstimo a mulheres e práticas de gestão melhoradas).

A Microfinança tem sido vista como a principal arma de combate á pobreza, mas vários autores acreditam que, apesar da Microfinança ser capaz de fazer realmente diferença nessa matéria, não pode nunca ser considerada a “panaceia” para a pobreza, e não podemos esperar que funcione em todo o lado e em todos os casos da mesma forma. Outro dos mitos que se tem abordado recentemente é o facto do Microcrédito ser simultaneamente útil para os pobres e lucrativo para quem o pratica (Aghion e Morduch, 2010).

Entramos assim num importante tema: a sustentabilidade das instituições que praticam o Microcrédito, sobretudo nesta época que atravessámos de grandes desafios para o sector financeiro.

A comercialização do Microcrédito tem sido debatida repetidamente. Não é pela ausência de acesso a serviços bancários que os pobres não se conseguem financiar, mesmo sem acesso a serviços bancários os pobres conseguem financiar-se junto de Prestamistas particulares, Familiares, Vizinhos, e comerciantes locais (Aghion e Morduch, 2010).

O sucesso de um programa de Microcrédito vai depender também da não repetição dos erros do passado. Um artigo elaborado pelo CGAP em 2009, cujos autores (Rosenberg, Gonzalez e Nairan, 2009) denominaram de “The New moneylenders: are the poor being exploited by high microcredit interest rates?” aborda a questão das taxas que estão actualmente a ser aplicadas pelas MFIs por todo o mundo. Mencionam a necessidade das MFIs actualmente deverem continuar a servir os seus clientes sem necessidade de serem subsidiadas, financiando o seu próprio crescimento com os seus lucros, incluindo também os depósitos do público. Rosenberg, Gonzalez e Nairan (2009) abordam no seu artigo também a questão dos elevados custos administrativos deste tipo de empréstimos quando comparados com os empréstimos convencionais praticados pelos bancos tradicionais.

Hoje discute-se, em vários países, a possibilidade de se estabelecerem limites máximos de taxas de juro a aplicar a este tipo de créditos. Trata-se de um tema controverso e complexo. Não é de hoje que surgem as primeiras críticas às elevadas taxas aplicadas no Microcrédito, sendo um assunto que tem gerado críticas desde a década de 1970 (Rosenberg, Gonzalez e Nairan, 2009). Abordam também o tema das economias de escala em que mencionam que, apesar de o custo de emprestar pequenos montantes ser mais elevado que emprestar valores maiores, podemos esperar que esses custos diminuam através de economias de escala à medida que as próprias MFIs se tornam maiores, embora alguns autores defendam que as economias de escala neste tipo de créditos não funcionem como seria de esperar. Concluíram neste artigo que as taxas de juro aplicadas neste tipo de crédito têm vindo a diminuir desde 2003 e que, na maioria dos países,

analisaram as taxas praticadas pelas MFIs que eram substancialmente inferiores às praticadas pelas fontes de crédito informal.

Da mesma forma que existem vários actores com diversas características em programas de microcrédito, também existem diferentes formas de fazer com que os empréstimos sejam atribuídos aos mutuários. Os microempréstimos podem ser concedidos directamente pela instituição, normalmente este tipo de empréstimos directos são atribuídos por instituições bancárias formais que existem para servir o mercado da Microfinança apenas. Quando os fundos dos microcréditos não são atribuídos directamente pela instituição que os financia, mas sim de uma forma subsidiária, os riscos associados a esses mesmo empréstimos para os pobres é atenuado e cria maior confiança com os seus clientes de Microfinanças em termos de compromisso com o objectivo de reduzir a pobreza (Oudshoorn, 2010). Sem subsídios e ofertas, as taxas de juro podem subir, e menos empréstimos serão solicitados, sendo que alguns projectos dos mais pobres podem ser excluídos deste tipo de empréstimos, pois o retorno do investimento não lhes permitirá realizar o pagamento do microempréstimo em causa. O incremento da taxa de juro neste tipo de empréstimos leva-nos a um problema moral: quanto mais elevadas forem as taxas, apenas mutuários de maior risco irão aceder a este tipo de créditos, levando a maiores taxas de incumprimento e reduzindo os lucros das MFIS que os praticam.

Quanto ao aumento da competição entre as diferentes MFIS, não se verificou benéfica para o Mercado na dimensão que seria de esperar. Não se verificou o incremento de serviços oferecidos e inclusivé, fez com que diminuísse a taxa de retorno deste tipo de crédito, uma vez que os clientes tendo acesso a várias MFIs e a fontes alternativas de financiamento, fazem com que as MFIS percam a vantagem que tinham em relação aos empréstimos dinâmicos e progressivos, sendo que os mutuários já não se incomodam se podem ou não repetir o empréstimo em determinada MFI pois têm várias no Mercado á sua disposição (Sengupta e Aubuchon, 2008).

A média mundial das taxas aplicadas em programas de Microcrédito pelo mundo é de 35%, considerando valores médios, onde encontramos grandes disparidades regionais se analisarmos países como o México com taxas médias de 60% neste tipo de programas e o Sri Lanka com taxas médias abaixo dos 20% (Rosenberger, 2008). Segundo Rosenberger (2008), as taxas aplicadas em determinadas regiões são afectadas por diversos factores, sendo eles: os custos operativos (o tamanho dos empréstimos, dispersão geográfica dos mutuários rurais), pressões políticas (estabelecimento de taxas máximas a aplicar neste tipo de créditos), diferentes objectivos dos actores presentes e a competição existente na região entre os diversos actores.

A maioria das instituições financeiras a operar em países mais pobres evita providenciar este tipo de serviços (relacionados com a Microfinança) por razões puramente comerciais e as fontes de crédito informais existentes (agiotas, particulares, etc) concedem empréstimos a taxas demasiado elevadas (Adam e Pischke, 1992). Para Adam e Pischke (1992) o crédito não é uma ferramenta efectiva para ajudar os mais pobres a melhorar a sua situação económica, sendo que, na maioria dos casos a falta de crédito formal não é o problema mais urgente de resolução enfrentado por estes indivíduos. Temos de reconhecer que, permitir o acesso a serviços financeiros a pessoas pobres é dispendioso e, por forma a que sejam criadas instituições financeiras sustentáveis é necessária paciência e uma forte atenção na relação entre custos e riscos. (Adam e Pischke, 1992).

Nimal (2006) indica quatro factores que determinam o cálculo das taxas de juro a aplicar neste tipo de empréstimos sendo eles os seguintes: custo dos fundos, as despesas operacionais das MFIS (custos de pessoal e administrativos), perdas de empréstimos, e lucros necessários para expandir a sua base de capital e financiar o crescimento futuro e esperado. Também aponta como factor muito importante para a prática de determinadas taxas de juro num programa de Microcrédito, a Inflação do país onde está a ser praticado. A inflação de determinado país aumenta o custo dos fundos de

Microcrédito por erosão de capital. Logo, aponta o facto de elevadas taxas de inflação contribuírem para taxas de juro nominais de crédito mais elevadas. Os custos operacionais (resultam da soma dos custos administrativos com custos com pessoal) das MFIS são elevados.

No que se refere aos custos administrativos são compostos sobretudo por rendas, consumíveis, custos de escritório. A recuperação dos créditos pode ainda tornar o crédito mais caro pois leva a perda de tempo, custos de transporte (que se agrava sobretudo em sítios com carência de ligações ferroviárias e de telecomunicações). Nimal (2006) menciona ainda Timor-Leste, Camboja, Mongólia e alguns estados indianos como zonas onde estes custos são especialmente elevados. Resumindo, segundo este autor, as taxas dos microcréditos são elevadas porque os custos operacionais se mantêm elevados. A chave para reduzir estes custos passará pela competição no Mercado, pela inovação e pela eficiência.

Nimal (2006) refere que os decisores políticos devem ser pró-activos na busca de medidas eficientes para reduzir as taxas de juro aplicadas ao Microcrédito, de forma sustentável, incluindo a promoção de um ambiente propício para as MFIs, incentivando a entrada de diferentes tipos de instituições para a indústria e lançando as bases para mercados mais competitivos.

#### 2.3.4. Causas do incumprimento no microcrédito.

---

Ming - Yee (2007) desenvolveu uma pesquisa chamada “The International Funding of Microfinance Institutions: An Overview”, onde analisa as diferenças nas MFIs existentes ao redor do mundo. Este trabalho destaca um ponto muito interessante, além da imensa diversidade de MFIs no mundo, há diferenças importantes por região:

- Ásia e Pacífico: O Microcrédito foca os pobres rurais e concede crédito para micro-empresas;
- Países Latino-Americanos: O Microcrédito tende a ser desenvolvido por entidades formais e regulamentadas;
- Médio Oriente e Países Norte Africanos: Existem muitas organizações não-governamentais e algumas cooperativas de apoio ao Microcrédito;

Nesta pesquisa, Ming-Yee (2007) também se refere a um ponto importante no que respeita á desigualdade de oportunidades, sendo que, entre cada região mundial grandes disparidades podem surgir entre os países que a compõe. Na América Latina o sector da Microfinança está muito desenvolvido e é já bastante competitivo em pequenos países como o Peru e a Bolívia, mas ainda não está suficientemente enraizado em países maiores como o Brasil e México. Este é um dos pontos interessantes a serem considerados quando se estuda o incumprimento no microcrédito. Com a crescente participação dos bancos comerciais, uma questão pode ser levantada: como irão ser garantidas as taxas de retorno sobre o Microcrédito.

Roslan e Karim (2009) fizeram um estudo sobre o caso Agrobank, que se dedica à realização de empréstimos no sector agrícola, na Malásia. Eles identificaram os determinantes do incumprimento e chegaram a algumas conclusões. Segundo o seu estudo, a probabilidade de incumprimento do pagamento do empréstimo é influenciado pelos seguintes factores:



- O género (os elementos do sexo masculino têm maior probabilidade de incumprimento);
- O tipo de actividade /negócio (negócios dedicados ao comércio são mais propensos ao incumprimento que os negócios dedicados a serviços);
- O montante do empréstimo (quanto menor o empréstimo, mais elevado o incumprimento);
- O prazo de reembolso do empréstimo (reembolsos mais longos, maior incumprimento):
- A formação (quanto menor a formação do cliente, mais elevado o incumprimento);

O desempenho das MFIs no que respeita ao reembolso dos empréstimos foi consideravelmente muito bom. Roslan e Karim (2009) mencionam no seu artigo que tem sido relatado que as taxas de reembolso do Grameen Bank no Bangladesh se situam acima dos 95% (que segue Morduch, 1999). Na Malásia, as taxas de reembolso do Amanah Ikhtiar Malásia (AIM), que é uma réplica modificada do Banco Grameen, é de cerca de 97% (Bank Negara Malaysia, 2006).

Deininger e Liu (2009) examinaram como o reembolso é afectado pela fonte de empréstimo, prestação do grupo de bens públicos, e práticas de gestão impostas. Eles destacam a importância de regras, monitorização e auditorias regulares para o aumento da probabilidade de reembolso.

Ledgerwood (1999) apresentou seis elementos essenciais para gerir dificuldades na recuperação dos empréstimos:

- I. O serviço de crédito deve ser valorizado pelos clientes;
- II. Os clientes devem ser avaliados com cuidado;
- III. O pessoal de campo e os clientes devem compreender que atrasos nos pagamentos não são aceitáveis;
- IV. As MFIs necessitam de sistemas de informação rigorosa e atempada;

- V. As dificuldades no reembolso dos Empréstimos necessitam de procedimentos de acompanhamento efectivos;
- VI. As consequências do incumprimento devem ser suficientemente desinteressantes para os clientes (tais como acções judiciais, a visita de cobradores de dívidas, multas e anúncios públicos);

Oke, Adeyemo e Agbonlahor (2007) analisaram as variáveis socioeconómicas que afectam o Microcrédito e o seu reembolso observando para tal os clientes de uma organização não-governamental da Nigéria (onde as taxas de reembolso atingiram os 90%). Oke, Adeyemo e Agbonlahor (2007) identificaram algumas variáveis que podem influenciar o reembolso:

- Rendimento familiar;
- A distância entre o local de habitação e o banco;
- Quantidade de investimento das empresas;
- Despesas socioculturais;
- Montante do empréstimo;
- Acesso a informações de negócios;
- e Indicadores de pobreza.

Cheung e Sundaresan (2002) desenvolveram um interessante modelo que oferece várias implicações para o papel de monitorização por credores em que demonstram que a monitorização por parte dos prestamistas pode aumentar o custo de emprestar, e isto pode levar à não participação dos mutuários. À medida que aumenta o tamanho do empréstimo, o modelo mostra que a probabilidade do aumento do incumprimento e das taxas de empréstimo aumenta drasticamente, a menos que a maturidade dos empréstimos seja também aumentada.

Bhatt e Tang (2002) pesquisaram sobre os determinantes de reembolso em Microcrédito baseado num Programa dos Estados Unidos da América. No seu artigo dizem que alguns programas de concessão de Microcrédito atingiram elevadas taxas de pagamento (Else e Clay, 1998) e alguns registaram grandes taxas de incumprimento (Edgcomb e Clark, 1996).

Elisabeth Rhyne (2001) fez um estudo de caso sobre como as Instituições de Microfinanças em grande florescimento da Bolívia atraíram a ira pública no início dos anos 90. Ela analisou o aumento do crédito ao consumo que levou a uma crise de sobre-endividamento em 1999 e 2000. Os mutuários da Bolívia começaram a "refinanciar" empréstimos (usando o produto de um empréstimo para pagar outro). A revolta dos devedores começou e exigiam o perdão total da dívida. Estes acontecimentos na Bolívia foram capazes de mostrar a ténue linha que existe entre as Microfinanças sociais e as MFIS voltadas puramente para o lucro.

Outro estudo feito por Bwonya-Wakuloba (2007) identificou as causas do incumprimento em programas governamentais de Microcrédito (reembolso lento e elevadas taxas de incumprimento). A principal causa do incumprimento encontrada foi o fraco desempenho comercial seguido por problemas domésticos (os devedores usavam os fundos para outros fins não lucrativos, mas outros factores determinantes foram também apontados como causas para o incumprimento, embora em menor escala: o furto/roubo, problemas de arrendamento, e falências de negócios).

Breza (2010) escreveu um artigo onde se estima o efeito no reembolso da actuação do grupo sobre a decisão individual de reembolso própria. Ela concluiu que sistemas de Microfinanças que possuem taxas de reembolso perfeitas nos bons tempos podem ser muito frágeis em resposta a alturas de crise.

Kurosaki e Kan (2011) pesquisaram o comportamento dos mutuários de microcrédito no Paquistão no que se refere ao seu reembolso. Os autores analisaram o comportamento dos mutuários de microcrédito paquistaneses quando confrontados com choques idiossincráticos. A amostra recolhida compreendia famílias clientes de uma determinada MFI a operar no Paquistão, que viviam num raio de 40 a 110 quilómetros do local onde se deu um terramoto (epicentro). Em 2005, a área considerada nesse estudo foi atingida por um desastre natural (terramoto), e os autores descobriram que o reembolso dos empréstimos não foi significativamente afectado.

Isso poderia ser explicado pela capacidade de se adaptar desta Instituição de Microcrédito em especial, reflectindo também uma mudança na estratégia de atribuição de empréstimos (após o terramoto esta MFI em especial tende a emprestar a famílias onde o agregado familiar auferir outro tipo de rendimentos fora da actividade alvo de Microcrédito). Os problemas de reembolso foram controlados com maior critério na selecção e monitorização. Após o terramoto, as Instituições de Microfinanças começaram a tornar-se mais selectivas ao emprestar e quando houve atrasos de reembolso. Kurosaki e Kan (2011) mostraram que o incumprimento nos pagamentos do Microcrédito afecta a sustentabilidade da Microfinança de uma forma mais adversa que um desastre natural como o foi o terramoto sofrido no Paquistão em 2005. Apesar da Microfinança ser um sector relativamente novo no Paquistão (iniciou a sua actividade no país por volta de 1990), trata-se de um país com um potencial de clientela para o sector de cerca de 10 milhões de adultos. A amostra para este artigo foi recolhida de uma MFI membro da rede voluntária denominada PMN (Pakistan Microfinance Network)<sup>8</sup> e por questões de privacidade não é identificado o nome desta MFI ao longo do mesmo (Kurosaki e Kan, 2011).

Dixon, Ritchie e Siwale (2007) analisaram a crise de reembolso recentemente sentida por CETZAM (uma Instituição de Microfinanças emergente da Zâmbia) e os efeitos desta crise de reembolso sobre as estratégias para lidar com o incumprimento. Eles destacaram a importância de saber o que os funcionários das MFIS em causa fazem para recuperar os créditos, e como eles lidam com o incumprimento. Entre mutuários e agentes de crédito, podem ser encontradas diferentes expectativas, e isso pode influenciar os resultados, a orientação ao cliente e o oportuno reembolso dos empréstimos. A responsabilidade solidária e o incentivo aos empréstimos dinâmicos foi criada para incentivar os bancos a conceder empréstimos aos pobres (Bakshi, 2008).

---

<sup>8</sup> PMN (Pakistan Microfinance Network): Rede voluntária de Microfinança que tem como membros as Instituições de Microfinanças a operar no Paquistão.

No entanto, Guttman (2006) afirma que, quando o incumprimento se deve a um comportamento oportunista do mutuário, as sanções sociais são assumidas como suficientemente fortes para prevenir o incumprimento. Os mutuários que entram em incumprimento geralmente têm que continuar a viver na mesma comunidade com a qual falharam, e às vezes são tomadas medidas desesperadas.

Em Outubro de 2010 surgiram rumores de crise no Microcrédito. Estes rumores surgiram sobretudo no estado indiano de Andhra Pradesh. Esta constatação chamou a atenção da comunidade local e global. Primeiro, será necessário considerar o contexto em que este caso particular acontece. CGAP foca um ponto interessante num relatório sobre Andhra Pradesh em que afirma que, na Índia, menos de um quarto da população tem acesso a serviços financeiros básicos. Os autores do relatório explicam o aparecimento do Microcrédito, os seus contornos históricos e políticos de desenvolvimento e a que fronteiras chegou. Andhra Pradesh é o quinto estado mais populoso dos 28 estados indianos, com 75 milhões de habitantes. Entre os vários projectos de combate à pobreza desenvolvidos em Andhra Pradesh, o mais proeminente é a Sociedade para a Eliminação da Pobreza Rural (SERP). Este projecto em concreto concentra-se no desenvolvimento rural acompanhado pelo Governo/Estado. Andhra Pradesh deu início a um programa chamado "Programa de Inclusão Financeira Total", um programa iniciado pelo governo há cerca de três anos. Esta região é o centro das Microfinanças na Índia. As MFIs (Instituições de Microfinanças) capturaram o interesse e a injeção de capital externo. Todo este interesse internacional nas MFIs criou a percepção destas instituições como organizações que trabalham para o lucro. Algumas MFIs agiram e ainda agem com responsabilidade, outras tiveram lucros incrivelmente altos e têm compensado os seus executivos com altos salários. Algumas MFIs não são transparentes nas suas acções o que criou um estereótipo negativo em torno deste tipo de instituições.

Dokulilova, Janda, e Zetek (2009) identificaram os seguintes problemas que as MFIs terão de enfrentar na crise financeira real em cinco categorias:

- I. Razões éticas (corrupção, falta de motivação),
- II. Razões administrativas (falta de gestão, falta de formação, má conservação de registos, e baixa capacidade de gestão),
- III. Razões legais (legislação diferente para diferentes MFIs),
- IV. Calamidades (fome, inundação),
- V. Outros (como a diferença entre o número de clientes que sai face ao número de clientes que entra neste tipo de programas).

O CGAP realizou uma pesquisa em Março de 2009 para monitorizar o impacto da recente crise sobre as MFIs. Concluíram que 60% das MFIs entrevistadas (mais de 400) afirmaram que seus clientes estão a sentir maior dificuldade em pagar os seus empréstimos. Estes resultados foram mais reveladores em duas regiões - ECA (Europa e Ásia Central - 75% dos entrevistados) e LAC (América Latina e Caribe - 67% dos entrevistados). A região MENA regista um menor nível de problemas de reembolso entre os seus clientes (41%). As actividades mais afectadas são o pequeno comércio, a agricultura e a produção de artigos de acordo com esta pesquisa.

Durante a última década, temos assistido a um crescente desenvolvimento de pontos de referência para avaliar a eficiência e o desempenho financeiro das MFIs. O MIX (Microfinance Information Exchange) e o Boletim MicroBanking são esforços construtivos para acelerar esta importante tendência (Counts, 2008). Bwonya-Wakuloba (2007) afirmou que o mais perigoso problema que um programa de Microcrédito enfrenta é o incumprimento no seu reembolso.

A tabela 3 resume a revisão de literatura efectuada.

**Tabela 3 - Revisão da Literatura – Autores, causas e Variáveis**

<b>Autores</b>	<b>Causas para o incumprimento de crédito</b>	<b>Variáveis mais significativas</b>
Roslan e Karim (2009)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Género (maior probabilidade de incumprimento para o género masculino, menor para o feminino);</li> <li>• Prazo de reembolso (quanto mais alargado o prazo de reembolso, maior a probabilidade de incumprimento);</li> <li>• Tipo de actividade comercial (actividades relacionadas com a prestação de serviços com menor probabilidade de incumprimento que as actividades relacionadas com a produção de bens);</li> <li>• Formação (quanto menor a formação dentro da área de negócio que desempenham maior a probabilidade de incumprimento)</li> <li>• Montante do empréstimo (quanto maior o montante do empréstimo concedido menor a probabilidade de incumprimento)</li> </ul>	Pequenas empresas
Deininger e Liu (2009)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fonte do empréstimo (Parcerias Bancos / MFIs diminuem probabilidade de incumprimento dos microcréditos concedidos)</li> <li>• Estratégias de gestão impostas (as regras e o acompanhamento próximo e regular diminuem a probabilidade de incumprimento)</li> <li>• Empréstimos em grupo (a atribuição de empréstimos a grupos diminui a probabilidade de incumprimento)</li> </ul>	Colateral
Cheung e Sundaresan (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxas dos Microcréditos, Microcrédito a taxas fixas, Microcrédito a taxas variáveis (as taxas aumentam consoante a probabilidade de incumprimento também aumentar)</li> <li>• Nr. De mutuários (empréstimos em grupo aumentam probabilidade de cumprimento);</li> <li>• Tamanho do empréstimo (à medida que aumenta o montante solicitado, aumenta também a probabilidade de incumprimento)</li> </ul>	Acesso a serviços financeiros

**Tabela 3 - (continuação)**

Bhatt e Tang (2002)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Género (consideraram que o género não afecta significativamente o incumprimento)</li> <li>• Nível educacional dos mutuários (quanto maior e mais abrangente o nível educacional dos mutuários menor a probabilidade de incumprimento)</li> <li>• Rendimento do agregado familiar (quanto mais elevados e diversificados forem os rendimentos familiares menor será a probabilidade de incumprimento)</li> <li>• Grau de formalidade no negócio (mutuários que possuam negócios informais apresentam menor probabilidade de incumprimento, pois não conseguem financiar-se no mercado de crédito tradicional e esforçam-se por manter registos de bom pagamento em programas de Microcrédito, dado que é a forma que têm de aceder ao crédito)</li> <li>• Número de anos que os mutuários se encontram no negócio e formação (a formação reduz probabilidade de incumprimento para empresas que estão a iniciar actividade, mas aumenta para empresas já existentes no mercado, dado que muitas vezes o acréscimo de formação implica um aumento dos custos operacionais que depois não se traduzem num aumento de rendimento);</li> <li>• Proximidade física do banco/agência que empresta (quanto maior a proximidade menor a probabilidade de incumprimento)</li> </ul>	% de empresas a trabalhar com bancos
Berg e Schrader, (2009)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Montante do crédito</li> <li>• Prazo do empréstimo</li> <li>• Género</li> </ul>	Acesso das mulheres ao sistema bancário/financeiro
CGAP's 2009 Opinion Survey	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preço da comida, Nível de impacto, Dificuldades de liquidez, custo dos fundos,</li> </ul>	% emprego na agricultura



**Tabela 3 - (continuação)**

Dokulilova, Janda, e Zetek (2009)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Problemas de gestão sentidos pelos mutuários (falta de informação/formação aumenta probabilidade de incumprimento)</li> <li>• Questões legais (confusão na classificação legal das MFIs pode aumentar probabilidade de incumprimento, pois podem não se enquadrar devidamente no quadro legal do país onde operam, tornando-se mais vulneráveis em caso de incumprimento, pois legalmente não têm o suporte necessário para a recuperação dos créditos)</li> <li>• Infortúnios (situações que não se controlam como o são os desastres naturais aumentam probabilidade de incumprimento)</li> <li>• Taxas de juro (quanto mais elevadas, maior o incumprimento)</li> <li>• Saúde económica dos tomadores de empréstimos (quanto mais frágil for a situação económica do mutuário, maior a probabilidade de incumprimento)</li> </ul>	Índice de GINI
Bwonya-Wakuloba (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desvio de empréstimos, problemas domésticos, dependentes numerosos, Fraco acompanhamento ,Timing, encerramento de empresas levam a maiores casos de incumprimento em África</li> </ul>	Casos Africanos
Dixon, Ritchie e Siwale (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação para o cliente apropriada (a adequação do plano de reembolso do empréstimo aumenta a probabilidade de reembolso atempado em África)</li> </ul>	Casos Africanos

Fonte: Elaboração Própria

### **CAPÍTULO 3 - Modelo, Dados e Resultados Empíricos sobre o Incumprimento de Microcrédito:**



### **3. Modelo, Dados e Resultados Empíricos sobre o Incumprimento de Microcrédito:**

Medir taxas de incumprimento neste tipo de programas não é tarefa fácil. As Instituições de Microfinanças funcionam normalmente em lugares onde é difícil conduzir pesquisas - locais que estão geograficamente isolados, politicamente instáveis, tecnologicamente atrasados e educacionalmente desfavorecidos (Datar, Epstein e Yuthas, 2008). Existem também as fontes de financiamento informais e semiformais, que não nos permitem conseguir dados concretos e fidedignos.

#### **3.1 Aferir taxas de incumprimento. Como e que indicadores utilizar.**

Medir a taxa de incumprimento de determinado programa de Microcrédito é um tema delicado e que tem sido tema de debate entre diversos autores. Muitas vezes é confundida a dificuldade no pagamento do crédito com o seu efectivo incumprimento. Convém ressaltar que a dificuldade no pagamento do crédito se refere ao atraso no pagamento inicialmente estabelecido, e que pode levar ao seu incumprimento, ou seja, ao não pagamento da obrigação.

Srinivasan (2007) refere no seu artigo “Measuring Delinquency and Default in Microfinance Institutions” várias medidas que podemos usar para medir a delinquência e o incumprimento no Microcrédito. Considera (o que segue Rosenberger 1999) que as medidas que funcionam no cálculo do incumprimento são as seguintes: on-time collection rate (mede a quantia efectivamente paga no vencimento face á quantia exigível), current collection rate (mede o montante pago face ao montante devido em determinado período), cumulative collection rate (mede os pagamentos recebidos face aos pagamentos devidos ao longo de toda a vida da MFI em causa), and portfolio-at-risk (PAR – Mede o saldo dos empréstimos que não estão a ser

liquidados no tempo estipulado face ao saldo total dos empréstimos). Refere como medida estandardizada para medir o incumprimento bancário o portfólio em risco (portfolio-at-risk), porém esta medida não fornece informação relevante sobre créditos de cobrança duvidosa. Pode traduzir um número demasiado pessimista, nunca sabemos se estamos perante incumprimento ou delinquência no reembolso do Microcrédito.

O CGAP (Consultative Group to Assist the Poor) realizou, em 1999, um artigo denominado “Measuring Microcredit Delinquency : Ratios can be Harmful to your Health” onde ressaltam a importância de conhecer os rácios que são utilizados para o cálculo do incumprimento, devendo conhecer-se correctamente em que consiste o numerador e denominador de cada um. A menos que se conheça exactamente de que forma é calculado o denominador e o numerador de um rácio, os rácios de incumprimento podem funcionar como uma forma de ocultar a real situação que pretendem esclarecer (CGAP, 1999). Abordam a questão de existirem diversos indicadores que servem para medir o incumprimento, mas nenhum suficientemente completo para responder a todas as questões e a escolha de determinado rácio depende também da informação disponível. Frisam a importância de saber diferenciar atrasos nos pagamentos e incumprimento. Muitas vezes é medido o atraso no pagamento pois representa uma maior probabilidade de incumprimento. Qualquer indicador que se utilize, é necessário perceber-se ao certo como é composto.

Ao longo da pesquisa que foi sendo efectuada para a elaboração desta tese deparei-me com a dificuldade que existe na aferição do incumprimento em programas de Microcrédito. Que indicadores utilizar? A medição do incumprimento em programas de Microcrédito é um tema muito debatido. Surgem diversas dificuldades na recolha de dados fidedignos, muitos programas de Microcrédito são levados a cabo em regiões de difícil acesso e onde não é viável a recolha de dados. Muitas vezes, os modelos utilizados para medir o incumprimento deste tipo de programas são modelos desenvolvidos pelo sector financeiro que não se adequam á realidade deste

tipo de microempréstimos. Dadas as dificuldades apresentadas optei por utilizar a taxonomia de Yunnus, como forma de espelhar quais os países/regiões com maior probabilidade de incumprimento (seguindo a ideia defendida por autores como Berg e Schrader 2009 em que maior probabilidade de incumprimento se associa á aplicação de maiores taxas de juro neste tipo de programas).

### **3.2 A taxonomia de Yunnus e a sua distribuição pelo Globo :**

A Taxonomia de Yunnus tem em conta a divisão territorial efectuada por cores, assumindo três cores (Vermelho, Amarelo, Verde). Desta base de dados utilizada contam-se 95 países, sendo que a sua distribuição de acordo com a cor encontra-se da seguinte forma organizada (tabela elaborada tendo em conta a cor que mais predomina no país em questão).

**Tabela 4- Taxonomia de Yunnus**

Vermelho			Amarelo	Verde
Afganistão	Honduras	Palestina	Armênia	Albânia
Angola	Índia	Panamá	Bolívia	Bulgária
Argentina	Indonésia	Papua Nova	Burkina	Mongólia
Azerbaijão	Iraque	Guiné	Faso	Polónia
B & H <sup>1</sup>	Jordânia	Paraguai	Camarões	Roménia
Bangladesh	Cazaquistão	Peru	CAR <sup>2</sup>	Sri Lanka
Benin	Quênia	Filipinas	Chile	Tajiquistão
Brasil	Quirguistão	Rússia	Colômbia	Tanzânia
Cambodja	Líbano	Ruanda	Costa do	Ucrânia
Chade	Libéria	Samoa	Marfim	Uzbequistão
China	Madagáscar	Senegal	Equador	Vietname
Congo	Malawi	Sérbia	Etiópia	
RD Congo	Malásia	Serra Leoa	Gâmbia	
R.	Mali	África do	Kosovo	
Dominicana	México	Sul	Macedónia	
Timor Leste	Moldova	Sudão	Suazilândia	
Egipto	Marrocos	Síria	Tailândia	
El Salvador	Moçambique	Tunísia	Togo	
Geórgia	Nepal	Turquia	Venezuela	

<sup>1</sup> Bósnia Herzegovina

<sup>2</sup> República da África Central

Fonte: Elaboração Própria

A base de dados utilizada foi construída com informação de diversos actores. A distinção entre zonas é efectuada por cores. Yunnus 1997, ao criar esta distinção entre zonas pretende distinguir as zonas vermelhas como tendo MFIs a operar praticamente orientadas para o lucro, enquanto que as MFIs situadas nas zonas amarelas e verdes são já mais orientadas para a redução da pobreza, mais consentâneas com os objectivos iniciais do Microcrédito.

Entre os investigadores desta matéria existe a opinião generalizada de que o acesso ao crédito pelos mais pobres representa um factor mais importante que o próprio custo do crédito. As opiniões quanto ao facto da aplicação de taxas elevadas no Microcrédito prejudicar os pobres divergem, sendo que alguns governos inclusivé já impuseram limites máximos de taxas para este tipo de crédito, como medida de protecção ao consumidor, mas estas medidas provaram não ser muito eficazes na redução dos custos com os empréstimos para os mutuários, pois são aplicadas comissões adicionais para compensar as taxas mais baixas (Dorfleitner e Mosch, 2010). O caso da Arménia é um exemplo disso. Se repararmos, na tabela acima apresentada, aparece na zona amarela, mas não estamos aqui a ver quais as comissões aplicadas nestes casos (situa-se pela taxa aplicada na zona amarela dado que se trata de país que definiu limites máximos de taxa de juro a aplicar).

A sustentabilidade das MFIs é fundamental. Apenas MFIs que se verifiquem sustentáveis é que conseguirão continuar a oferecer os seus serviços financeiros a quem mais precisa deles.

Analisando os números apresentados, podemos concluir que, tanto em África como na América Latina e em grande parte da Ásia, predominam as práticas de Microcrédito que se situam na zona vermelha, sendo que, muitos dos países apresentados têm também presentes casos amarelos e verdes, mas na sua maioria, a prática do Microcrédito é dominada pelos casos vermelhos. A questão de colocar um tecto nas taxas de juro a aplicar tem-se demonstrado desvantajosa para os seus diversos actores (Mutuários e MFIs). Nos países onde estes limites estão estabelecidos, as MFIs existentes têm-se vindo a retirar, é dificultada a entrada de novas MFIs e o mercado de



crédito cresce consequentemente com maior dificuldade, tornando-se menos transparente e fazendo com que os mutuários regressem ao mercado informal de crédito onde ficam mais uma vez quase sem protecção (CGAP, 2004).

Em África,  $\frac{1}{4}$  das MFIS têm rácios de incumprimento superiores a 4,7%, o que se torna um indicador preocupante, uma vez que as MFIS com valores superiores a 5% tendem a ser financeiramente insustentáveis (Dorfleitner e Mosch, 2010).

Também, as taxas aplicadas em determinado programa de Microcrédito devem visar a sustentabilidade da MFIS, e sobretudo o seu objectivo inicial. As taxas aplicadas a um programa de Microcrédito devem ser bem estudadas e pensadas sempre com uma perspectiva futura porque, quando as taxas são subsidiadas pelos governos ou dadores, tendem a que todo o programa de microcrédito seja entendido como uma oferta, como algo que não necessita de ser restituído (CGAP, 2002).

No que se refere às taxas aplicadas a este tipo de créditos, tem-se verificado por todo o mundo uma falta de transparência e rigor na sua comunicação. Uma das razões para tal acontecer tem a ver com o facto das instituições competirem por clientes, investidores, doadores e apoios governamentais. Esta falta de transparência pode até levar a problemas como a selecção adversa, pois aqui não é tida em conta uma racional avaliação custo-benefício por parte dos clientes (Haeussler, 2009).

### 3.3. Modelo Empírico e dados:

Depois de rever a literatura, e após constatar a heterogeneidade das taxas de juro aplicadas nos diferentes programas de Microcrédito, surgiu a vontade de procurar encontrar as razões que levam a esta diversidade, e consequentemente a necessidade de testar um modelo.

O modelo empírico que pretendo testar é o seguinte:

$$\begin{aligned} red_i = & constant_i + \alpha_1 * gini_i + \alpha_2 * \%firms\ using\ banks_i + \alpha_3 \\ & * number\ of\ small\ firms_i + \alpha_4 * \%collateral_i + \alpha_5 \\ & * \%women\ using\ bank_i + \alpha_6 * \%poverty\ gap_i + \alpha_7 \\ & * \%rural\ poverty_i + \alpha_8 * Africa_i + \alpha_9 * Access_i + e_i \end{aligned}$$

(EQ.1)

$$\begin{aligned} yellow_i = & constant_i + \alpha_1 * gini_i + \alpha_2 * \%firms\ using\ banks_i + \alpha_3 \\ & * number\ of\ small\ firms_i + \alpha_4 * \%collateral_i + \alpha_5 \\ & * \%women\ using\ bank_i + \alpha_6 * \%poverty\ gap_i + \alpha_7 \\ & * \%rural\ poverty_i + \alpha_8 * Africa_i + \alpha_9 * Access_i + e_i \end{aligned}$$

(EQ 2)

$$\begin{aligned} green_i = & constant_i + \alpha_1 * gini_i + \alpha_2 * \%firms\ using\ banks_i + \alpha_3 \\ & * number\ of\ small\ firms_i + \alpha_4 * \%collateral_i + \alpha_5 \\ & * \%women\ using\ bank_i + \alpha_6 * \%poverty\ gap_i + \alpha_7 \\ & * \%rural\ poverty_i + \alpha_8 * Africa_i + \alpha_9 * Access_i + e_i \end{aligned}$$

(EQ 3)

Através da revisão de literatura, percebi que as taxas de juro são frequentemente analisadas para medir o risco de incumprimento. Supõe-se que as taxas de juros mais elevadas podem produzir um maior número de casos de incumprimento. Partindo deste pressuposto, decidi realizar a

base do modelo sobre a metodologia Yunnus (2007) que divide os países em três cores - vermelho, verde e amarelo - de acordo com o desempenho médio das MFIs:

- Zona Verde: A diferença entre as taxas praticadas pela MFI e o custo dos fundos é menor ou igual a 10 pontos percentuais.
- Zona Amarela: A diferença entre as taxas praticadas pela MFI e o custo dos fundos é entre 10 e 15 pontos percentuais.
- Zona Vermelha: A diferença entre as taxas praticadas pela MFI e o custo dos fundos é mais do que 15 pontos percentuais.

A base de dados foi construída através de duas fontes. As variáveis dependentes são a percentagem de casos verdes, amarelos e vermelhos para cada país (por exemplo, suponha que para um determinado país, o valor para o vermelho é de 5%, significa que 5% dos mutuários do Microcrédito em determinado país estão a trabalhar com taxas que representam uma diferença de mais de 15 pontos percentuais entre a taxa aplicada pela MFI e o seu real custo para a MFI). Estes dados são do MixMarket.

As variáveis independentes (causas para o incumprimento) foram recolhidas a partir da Enciclopédia das Nações (<http://www.nationsencyclopedia.com>) usando as dimensões sugeridas na Tabela 3.

A Tabela 5 mostra as estatísticas descritivas das variáveis.

**Tabela 5 - Estatísticas descritivas**

<b>Variável</b>	<b>Nr.de observ.</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
Vermelho	88	0,581	0,381	0,276	0,943
Amarelo	55	0,420	0,281	0,116	0,562
Verde	42	0,372	0,113	0,167	0,845
Índice de Gini	86	42,573	8,529	16,83	59,5
% Empresas que usam bancos para financiar os seus investimentos	81	20,985	15,258	0,87	74,36
% Pequenas empresas (com menos de 20 funcionários)	82	61,229	16,712	8,69	93
Valor de colateral necessário para um empréstimo <sup>9</sup>	80	139,500	50,321	41,17	259,73
Acesso das mulheres ao sistema bancário (%)	64	0,275	0,294	0	1
Quota de rendimentos 10% abaixo da linha da pobreza	85	2,399	0,992	0,6	6,11
Emprego na Agricultura (% sobre total de emprego)	74	36,898	22,943	0,8	90,1
País Africano <sup>10</sup>	95	0,358	0,482	0	1
Acesso a serviços financeiros <sup>11</sup>	81	15,752	9,849	1,97	47,87

---

<sup>9</sup> Valores em USD.

<sup>10</sup> Foram realizados testes para os restantes continentes, porém não foram encontrados resultados com significância estatística.

<sup>11</sup> Percentagem da população com acesso a serviços financeiros.

### 3.4 Resultados e Implicações:

Como anteriormente referenciado, vou utilizar as variáveis que os autores estudados apontaram como estatisticamente relevantes para interferir com as taxas de incumprimento diferentes sobre microcrédito. Para cada equação, vou estudar o conjunto de países descritos pelo Mix Market (2011). Será utilizado o método dos Mínimos Quadrados Ordinários como o método de estimação, considerando-se estimativas robustas para corrigir problemas de heterocedasticidade (Wooldridge, 2002).

Os resultados são apresentados nas Tabelas 6, 7 e 8. A Tabela 6 mostra diferentes especificações estimadas para a equação 1 (casos vermelhos). As Tabelas 7 e 8 apresentam o mesmo exercício, respectivamente, para a equação 2 (casos amarelos) e equação 3 (casos verdes).

**Tabela 6 – Resultados para os casos vermelhos:**

RED	(I)	(II)	(III)
Índice de Gini	4989.5*** (1411.2)	7657.1 * (4252.2)	7726.6 * (423.4)
% De empresas que usam bancos para financiar os seus investimentos	-1422.68 *** (369.77)	-1428.96 *** (355.91)	-1376.2 *** (313.8)
% De pequenas empresas (com menos de 20 funcionários)	-62.54 ** (25.25)	-61.899 ** (24.136 )	-51.890 ** (23.96)
Valor de colateral necessário para um empréstimo	-36.03 *** (8.81)	-36.215 *** (8.49)	-32.123 *** (7.529)
Acesso das mulheres ao sistema bancário	2711.8 (1655.13)	2738.07 * (1582.7)	3213.67** (1323.67)

**Tabela 6 - (continuação)**

Quota de rendimentos 10% abaixo do limite da pobreza	-25.75 (127.95)		
Emprego na agricultura (% sobre total de emprego)	-78.79 (224.53)		
Países Africanos (variável dummy)	1089.714 (1002.18)	1086.129 (972.59)	
% da população com acesso a serviços financeiros	17.18 (415.16)	-9.232 (2.035)	
Número de Observações	42	42	49
R2	0.6100	0.635	0.5876
Teste F	5.56	7.92	9.23

Notas: Nível de Significância : 10%, \*, 5%, \*\*, 1%, \*\*\*

Desvio Padrão entre parênteses

**Tabela 7 : Resultados para os casos Amarelos**

<b>YELLOW</b>	<b>(I)</b>	<b>(II)</b>	<b>(III)</b>
Índice de Gini	56522.81 ** (20713.02)	111146 (66848.64)	41357.48 *** (13904.02)
% De empresas que usam bancos para financiar os seus investimentos	5237.988 (5952.821)	55563.9 ** (23414.15)	
% De pequenas empresas (com menos de 20 funcionários)	123.2321 (3041.531)		
Valor de colateral necessário para um empréstimo	-698.6906 (1174.085)	-1910.788 (4770.093)	
Acesso das mulheres ao sistema bancário	-180503.5 (276613.1)	981392.8 (978944.4)	

**Tabela 7 - (continuação)**

Quota de rendimentos 10% abaixo da linha da pobreza	409479.1** (190608.5)	1014745 * (576766.7)	305704.5 ** (116960.2)
Emprego na Agricultura (% sobre total de emprego)	1009.345 (3955.021)		-5283.186 ** (2284.758)
Países Africanos (variável dummy)	77005.16 (147815)	132080.1 (662996.4)	209110.8 * (108091.5)
% Da população com acesso a serviços financeiros	-4973.029 (5597.037)	-14388.11 (24642.18)	
Número de observações	26	29	44
R2	0.4247	0.3766	0.2739
Teste F	1.31	1.81	3.68

Notas: Nível de Significância: 10%, \*, 5%, \*\*, 1%, \*\*\*

Desvio Padrão entre parênteses

**Tabela 8 – Resultados dos casos verdes**

<b>GREEN</b>	<b>(I)</b>	<b>(II)</b>	<b>(III)</b>
Índice de Gini	76334.51 (116375.3)		
% de empresas que usam bancos para financiar os seus investimentos	-22346.17 (30137.83)	-25427.8 (22001.41)	
% de pequenas empresas (com menos de 20 funcionários)	-40656.52 (25275.1)	-51000.05*** (20842.94)	-47119.47** (19774.13)
Valor de colateral necessário para um empréstimo	4592.44 (6145.22)	10553.66* (5280.0)	14404.9* (6406.7)
Acesso das mulheres ao sistema bancário	911492.9 (1578513.0)		

**Tabela 8 - (continuação)**

Quota de rendimentos 10% abaixo do limite da pobreza	741370.7 (1053745)	86308.4 (223468)	
Emprego na agricultura (% sobre o total de emprego)	30051.6 (22321.1)	26855.3 (16012.9)	34426.8** (14305.5)
Países Africanos (variável dummy)	-3327417** (1204541)	-1925367* (989794.6)	-1981838** (921755.7)
% da população com acesso a serviços financeiros	166893.4*** (44868.02)	94422.04** (34662.46)	92069.86*** (31984.4)
Número de Observações	24	32	32
R2	0.746	0.535	0.523
Teste F	4.56	3.95	5.71

Notas: Nível de Significância: 10%, \*, 5%, \*\*, 1%, \*\*\*

Desvio Padrão entre parênteses.

O número de observações difere nas três tabelas apresentadas, de acordo com as estimações. Este facto deve-se ao diferente número de observações para os casos verdes, amarelos e vermelhos de acordo com a nossa principal fonte de dados.<sup>12</sup>

Na Tabela 6 os resultados mostram que há um maior número de casos vermelhos se houver uma maior desigualdade de rendimentos no país (um coeficiente positivo estimado para o Índice de Gini), e se existirem percentagens mais elevadas de mulheres a utilizar os serviços bancários (como as mulheres demonstram uma maior taxa de cumprimento, então quem oferece “explora” esse facto levando as margens do microcrédito para próximas das margens comerciais).

---

<sup>12</sup> Fonte: Mix Market: <http://www.themix.org/publications/microbanking-bulletin/2011/01/sacrificing-microcredit-unrealistic-goals>



A percentagem de casos vermelhos também tende a aumentar se se observar um valor menor de empresas que utilizam os bancos para financiar os investimentos, se observamos uma redução da existência de pequenas empresas, e se tivermos valores menores de garantias necessárias para um empréstimo.

A Tabela 7 mostra os resultados obtidos para os casos amarelos. Nesta tabela, pode-se confirmar que um maior nível de população abaixo da linha da pobreza, um nível mais elevado do Índice de Gini, e ser um país Africano, pode levar a níveis mais elevados de casos amarelos. Em sentido inverso, um nível mais elevado da percentagem de pessoas a trabalhar na agricultura reduz a percentagem de casos amarelos.

Na Tabela 8 são apresentados resultados para a equação relacionada com os casos "verdes". De acordo com estes resultados, aumentando o acesso ao financiamento, a percentagem de pessoas a trabalhar na agricultura, e o valor das garantias necessárias para um empréstimo leva a valores mais elevados de casos verdes. Num sentido inverso, um valor mais elevado de pequenas empresas e ser um país Africano reduz a percentagem desses casos verdes.

Alguns comentários podem ser gerados de acordo com os resultados. Primeiro, um maior número de pequenas empresas tende a reduzir o risco de incumprimento (as taxas de juro aplicadas para os casos vermelhos são normalmente observadas em realidades caracterizadas por uma maior percentagem de empresas grandes), mas também tende a reduzir a percentagem de casos verdes. Isso mostra-nos que, se estamos interessados em preservar as características tradicionais do Microcrédito, temos de desenvolver um ambiente económico capaz de apoiar as pequenas empresas.

Em segundo lugar, observa-se também que uma maior percentagem a operar no sector da agricultura leva a um aumento de casos "verdes". Este resultado coloca uma especial atenção sobre a tendência de terciarização (prevalência do sector terciário nas economias). Como podemos antecipar essa tendência para a maioria dos países, isso pode levar a uma desvalorização do "verde" nas taxas de juros e, por último, uma desvalorização da prática de Microcrédito, transformado em crédito convencional (com base apenas em fins lucrativos). Finalmente, é necessária uma palavra para os valores de colateral necessários. Os resultados sugerem que valores mais altos de garantias promovem mais casos "verdes". Assim, pode-se reconhecer que a boa gestão das práticas de garantia (usando, por exemplo colaterais de grupo ou família) pode ser relevante para sustentar as metas do Microcrédito. Observa-se também que ser um país Africano tende a aumentar os casos de vermelho e de amarelo. Este facto sinaliza a urgência de acompanhamento dos casos Africanos de Microcrédito que podem ter muito pouco da inspiração original do Microcrédito.

Os resultados podem levar também a importantes implicações políticas na gestão das práticas de Microcrédito. Primeiro, temos de desenvolver as dimensões que fazem aumentar os casos verdes. Para esses casos, temos que promover políticas que aumentem o acesso a serviços bancários /financeiros, a sustentabilidade da agricultura e o valor das garantias necessárias para um empréstimo. Em segundo lugar, temos de tentar reduzir as dimensões que observamos como factores de aumento dos casos vermelhos. Temos que tentar reduzir a desigualdade de rendimentos no país e aumentar o número de pequenas empresas. Finalmente, os casos amarelos podem ser observados como casos de transição. Portanto, os casos amarelos merecem uma especial atenção. Como se observa, quanto maior o nível da população abaixo da linha de pobreza, maior é o nível do Índice de Gini. Além disso, ser um país Africano presta-se para valores mais altos de casos amarelos. Portanto, a fim de fazer a transição destes casos amarelos para casos verdes, temos de lutar contra a pobreza e a desigualdade de rendimentos.

**Tabela 9: Tabela Síntese Variáveis RED, YELLOW, GREEN (efeito estimado para cada variável)**

Variáveis	RED	YELLOW	GREEN
Índice de Gini	+	+	0
% De empresas que usam bancos para financiar os seus investimentos	-	+	0
% De pequenas empresas (com menos de 20 funcionários)	-	0	-
Valor de colateral necessário para um empréstimo	-	-	+
Acesso das mulheres ao sistema bancário	+	+	0
Quota de rendimentos 10% abaixo do limite da pobreza	0	+	0
Emprego na agricultura (% sobre o -total de emprego)	0	0	+
Países Africanos (variável dummy)	0	+	-
% da população com acesso a serviços financeiros	0	-	+

## **CAPÍTULO 4 - Reflexão após resultados**

---



#### **4. Reflexão após resultados:**

Ser pobre não significa ter pouco dinheiro por dia mas sim ter rendimentos muito voláteis. Poderão haver melhores produtos financeiros para a Microfinança, e a razão para o qual não os utilizamos é por ser extremamente dispendioso renovar, é sempre mais fácil copiar os sistemas que já existem.

Para que o Microcrédito seja vantajoso para quem dele beneficia temos de assistir a programas correctamente pensados e aplicados, tendo em conta as especificidades de cada região. Os pobres podem não ter bens materiais, mas têm o capital humano, a sua capacidade de trabalho e sobretudo, a vontade de garantir um futuro melhor para a sua família.

A Microfinança é um sector amplo, não o podemos reduzir apenas ao Microcrédito, existem também áreas que recentemente têm assumido grande importância dentro do sector: as poupanças, os seguros, ou a saúde.

Devemos ter sempre presente que o Microcrédito, e outros produtos do sector da Microfinança, podem não servir todos os pobres, não se trata de um “fato á medida” que servirá todas as regiões e terá o mesmo resultado em todo o lado onde se aplica.

O princípio de que um elemento do grupo serve de garantia para o outro é comovente, faz-nos rever princípios do passado que se foram perdendo num sector financeiro cada vez mais standardizado. Por vezes é necessário parar e olhar de forma crítica e simples.

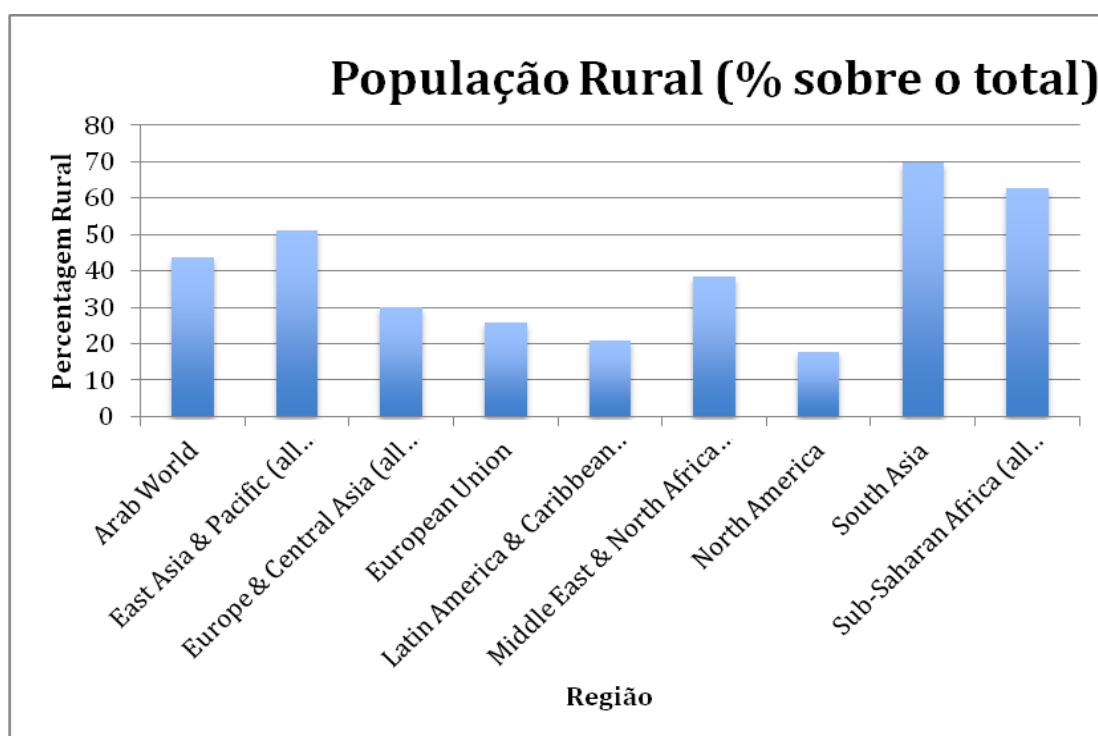
Os resultados apresentados indicam uma possível tendência de comercialização do Microcrédito, sobretudo nos casos “Vermelhos”. Não são só as acusações da excessiva comercialização do Microcrédito que têm que enfrentar. Os obstáculos são muitos. Existem inclusivé obstáculos de ordem cultural, de crenças populares que muitas vezes necessitam de ser ultrapassados.

Os resultados apresentados mostram importantes conclusões para África, levando-nos a questionar se não estará a haver um excesso de comercialização do Microcrédito neste continente, e um consequente

desvirtuamento do seu objectivo inicial. África é um continente constituído por uma enorme diversidade de países, onde também encontramos os mais pobres dos pobres.

Os continentes Africano e Asiático são as regiões mundiais com maior percentagem de população rural (conforme confirmamos com dados do World Bank na figura nr. 7).

**Figura 7 : População Rural (% sobre total) – dados relativos ao ano de 2010**



Fonte: World Development Indicators 2010

Quanto mais isoladas geograficamente estiverem as populações, maiores serão os custos de emprestar, o que se reflecte na taxa de juro a aplicar (Rosenberger, 2008). Os serviços financeiros que tomamos como garantidos não são garantidos a toda a população mundial. O Microcrédito não deve ser nunca visto como um negócio, como uma forma de obter lucros, mas sim como um meio que nos pode ajudar a criar novas oportunidades, de forma a permitir que a população que vive em condições de extrema pobreza se

consiga retirar dessa situação. Torna-se necessário canalizar fundos para o desenvolvimento de outras áreas extremamente importantes para o sucesso do Microcrédito, sendo elas a educação, a construção de infra-estruturas básicas, e sobretudo, que conduzam a reformas políticas, legais e sociais nos países menos desenvolvidos. Isto irá permitir ao sector das Microfinanças a redução das taxas a aplicar em programas de Microcrédito, tendo sempre em vista a sustentabilidade dos próprios programas.

Numa economia cada vez mais exigente e com crescentes desafios, é necessário que os actores presentes em programas de Microcrédito actuem de forma sustentável e responsável. É necessário pensar os programas de Microcrédito de uma perspectiva sustentável, por forma a que sejam capazes de se financiar a eles próprios e, assim que atinjam esse patamar, encaminhar os seus “lucros” para outras áreas como a criação de infra-estruturas básicas, ou acesso á educação. O Microcrédito nunca poderá ser visto como um simples negócio, deverá sim ser visto como uma poderosa arma de combate á pobreza e exclusão social e como um potenciador de desenvolvimento e crescimento social, de forma sustentável.

Os resultados deste trabalho sugerem que em certas regiões do globo poderá estar a acontecer uma excessiva comercialização dos programas de Microcrédito, desvirtuando-os do seu objectivo inicial. Esta poderá ser uma oportunidade para se repensar qual o objectivo e aplicabilidade dos fundos provenientes deste tipo de programas, criando novas estruturas de apoio e novas formas de agir, regulando inclusivé a aplicação que se dará aos lucros provenientes deste tipo de programas.

Assim como foi necessário olhar para o crédito de forma inovadora para criar este tipo de programas, também será necessário utilizar essa forma de pensar simples e desconstruída para abrir novos caminhos, sobretudo na aplicabilidade dos fundos gerados pelos programas de Microcrédito por todo o mundo.





## **CAPÍTULO 5 - Conclusão**

---



## **5. Conclusão:**

O Microcrédito é praticado em todo o mundo. A região da Ásia e Pacífico concentra o maior número de Instituições de Microfinanças (MFIs), mas também concentra 22% por cento da população mundial e 25% dos pobres do mundo.

O aumento das taxas de juros do Microcrédito em algumas áreas pode não só dizer que as MFIs que operam na área têm em vista fins lucrativos, mas também pode reflectir a instabilidade política da região e reflectir o risco de incumprimento. Através da pesquisa efectuada, selecionei diversos determinantes que foram apontados como capazes de influenciar o incumprimento no Microcrédito, tais como o género, o tipo de actividade comercial, o valor do empréstimo, o prazo do reembolso, a formação, a corrupção, as práticas de follow-up, o desempenho dos negócios, o rendimento familiar, os indicadores de pobreza, e os problemas domésticos (nacionais). Para o modelo apresentado, foram tidas em consideração as seguintes variáveis: distribuição de rendimento, empresas que utilizam os bancos para financiar o investimento, a importância das pequenas empresas, o valor das garantias necessárias para um empréstimo, o acesso das mulheres ao crédito bancário, o emprego na agricultura, o acesso ao financiamento e ser um país Africano.

Dividi os países ao redor do mundo, levando em consideração a Taxonomia de Yunnus (2007): casos vermelhos, casos amarelos e casos verdes. Nos casos vermelhos são apontados os países com o maior número de Instituições de Microfinanças orientadas para o lucro (mostrando uma grande diferença entre as taxas de juros do Microcrédito e os custos de Microcrédito). No outro extremo, os casos verdes representam os países cujas Instituições de Microfinanças reduzem a diferença entre as taxas de juros do Microcrédito e os custos de financiamento ao mínimo. Assumi também que taxas de juros mais altas podem levar a um maior valor de incumprimento.

Os resultados mostraram que os casos verdes aumentam com o valor de colateral necessário e quando o país não é Africano. Níveis mais altos da população abaixo da linha de pobreza, níveis mais elevados do Índice de Gini, e ser um país Africano pode levar a níveis mais elevados de casos amarelos. Observou-se que a percentagem de casos vermelhos tende a aumentar se tivermos um valor menor de empresas que utilizam os bancos para financiar os investimentos, se observarmos uma redução da expressão de pequenas empresas, e se tivermos menores valores de garantias necessárias para um empréstimo.

Ser um País Africano mostrou-se um forte factor explicativo no nosso modelo. África é caracterizada pela instabilidade política. Mesmo com estas dificuldades, o sector das Microfinanças começou a florescer nos países Africanos (Moyo, 2009). Moyo (2009) diz que, apesar de, por vezes o Microcrédito ser criticado pelas suas taxas e esquemas de Ponzi (solicitar empréstimo a um credor para saldar outro credor, por parte dos mutuários), o facto é que em África, esquemas de trabalho de responsabilidade conjunta resultam e o número de empréstimos tem vindo a aumentar. O Microcrédito tem o poder de acelerar o crescimento nos países em desenvolvimento como os países Africanos que precisam de um sector financeiro inovador e de supervisão financeiras especiais (como afirmamos neste artigo).

Em jeito de resumo, a fim de preservar o desenvolvimento de práticas de Microcrédito considerando os casos "verdes", é necessário estar preparado para os desafios da terciarização das economias e promover os valores mais elevados de garantias necessárias para um empréstimo. Por outro lado, é crucial promover políticas levando a micro e pequenos empreendimentos, a fim de evitar que práticas de Microcrédito degenerem em exemplos puros de maximização do lucro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---



## Referências Bibliográficas:

1. ACCION International, Center for Financial Inclusion Glossary. Disponível em: <http://www.centerforfinancialinclusion.org/Page.aspx?pid=1941>
2. Adams, D.W. & von Pischke, J.D. (1992) Microenterprise Credit Programs: Deja Vu. *World Development*, 20 (10), p.p. 1463-1470
3. Aghion, B. and Morduch, J. (2010) The economics of Microfinance. In MIT Press. 2nd ed. Cambridge : MIT Press
4. Aghion, B. and Gollier, C. (2000) Peer Group Formation in an Adverse Selection Model. *The Economic Journal*, Vol. 110, No. 465 Jul.2000, pp. 632-643
5. Augé, L. And Lebrun, A. And Piozin, A. (2010) *Microcredit Models and Yunus Equation* Project Report, Université Nice.
6. Bakshi, R. (2008) From “No Collateral No Loan” to “No collateral No Default”: The Economics of Group Lending MicroFinance. *The Social Sciences*, 3(8), p.p. 611-625
7. Bank Negara Malaysia (2006) *Access to financing* Chapter 7 SME Annual Report 2006
8. Berg, G. And Schrader, J. (2009) Relationship lending in times of crisis: What about default and interest rates. Working Paper Series SSRN
9. Bhatt, N. And Tang, S (2002) Determinants on Repayment in MicroCredit. Evidence from programs in the United States. *International Journal of Urban and Regional Research* , Volume 26.2 360-76
10. Bloomberg Markets Magazine, 28 de Dezembro de 2010 Suicides in India Revealing How Men Made a Mess of Microcredit. Disponível em :<http://www.bloomberg.com/news/2010-12-28/suicides-among-borrowers-in-india-show-how-men-made-a-mess-of-microcredit.html?nstrack=sid%3A4853066met%3A300cat%3A0order%3A4>



11. Breza, E. (2010) Peer Pressure and Loan Repayment: Evidence from a Natural Experiment. MIT paper 285, pp.19
12. Bwonya-Wakuloba, R. (2007) *A case study of the Uasin Gishu District Trade Development Joint Loan Board Scheme, Kenya*. Master Thesis, World Bank Institute.
13. CGAP Brief (2002) Making Sense of Microcredit Interest Rates. *CGAP, Donor Brief No.6*. Disponível em: [http://www.cgap.org/gm/document-1.9.2434/DonorBrief\\_06.pdf](http://www.cgap.org/gm/document-1.9.2434/DonorBrief_06.pdf)
14. CGAP Brief (2004) The Impact of Interest Rate Ceilings on microfinance. *CGAP, Donor Brief No. 18*. Disponível em: [http://www.cgap.org/gm/document-1.9.2376/DonorBrief\\_18.pdf](http://www.cgap.org/gm/document-1.9.2376/DonorBrief_18.pdf)
15. CGAP Brief (2009) The Impact of the Financial Crisis on MicroFinance Institution and their Clients – Results from *CGAP's 2009 opinion survey*. Disponível em: [http://www.cgap.org/gm/document1.9.34453/BR\\_Impact\\_Financial\\_Crisis\\_Microfinance.pdf](http://www.cgap.org/gm/document1.9.34453/BR_Impact_Financial_Crisis_Microfinance.pdf)
16. CGAP Focus Note no.67 (2010) Andhra Pradesh 2010: Global Implications of the Crisis In Indian MicroFinance. Disponível em: <http://www.cgap.org/gm/document-1.9.48945/FN67.pdf>
17. CGAP Occasional Paper No.3 (1999) Measuring Microcredit Delinquency: Ratios Can Be Harmful to Your Health. Disponível em: <http://www.cgap.org/gm/document-1.9.2698/OP3.pdf>
18. CGAP/World Bank (2010) *Financial Access 2010 – The State of Financial Inclusion Through Crisis*. CGAP/The World Bank Group
19. CGAP (2012) Regulation Center. Disponível em: <http://www.cgap.org/p/site/c/template.rc/1.11.135545/>
20. Cheston, S. (2007) *“Just the Facts, Ma’am”: Gender Stories from Unexpected Sources with Morals for Microfinance*. ADA Dialogue, nr. 37
21. Cheung, S. And Sudaresan, S. (2007) *Lending Without Access to Collateral . A theory of Micro-Loan Borrowing Rates & Defaults* Working Paper

- 22.Counts, A. (2008) *Reimagining MicroFinance*. Stanford Social Innovation Review Summer 2008, pp.46-48
- 23.Datar, S. And Epstein,M. And Yuthas, K. (2008) *In MicroFinance clients must come first*. Stanford Social Innovation Review Winter 2008, pp.38
- 24.Deininger, K. And Liu, Y. (2009) Determinants of Repayment Performance in indian Micro-Credit Groups. World Bank Policy Research Working Paper no.4885
- 25.Dixon,R. And Ritchie,J. Ans Siwale, J. (2007) Loan officers and Loan “delinquency” in MicroFinance: a Zambian case. *Accounting Fórum.*, 31(1),pp.47-71
- 26.Dokulilova,L., Janda, K. and Zetek, P. (2009) Sustainability of Microfinance Institutions in Financial Crisis. *MPRA Paper no. 17696* October 2009.
- 27.Dorfleitner,G. and Mosch, J. (2010) *Explaining Microcredit Interest Rates: An International Comparison*. Article, University of Regensburg.
- 28.Edgcomb,K and Clark, P. (1996) *The practice of microenterprise development: achievements and lessons learned*. ISED , Iowa city.
- 29.Else, J. and Clay, C. (1998) *Refugee microenterprise development: achievements and lessons learned*. ISED, Iowa city.
- 30.Encyclopedia of the Nations (n.d). Informação retirada do site: (<http://www.nationsencyclopedia.com>)
- 31.European Microfinance Platform (2009) European Microfinance Actors – Directory of Research Institutions and Individual Researchers”
- 32.Fridell, M (2007) *Exploring the roles of informal, formal and semiformal microcredit in Jordan*. Bachelor’s thesis, Lund University School of Economics and Management
- 33.Germidis, D. (1990) Interlinking the Formal and Informal Financial Sectors in Developing Countries. *Savings and Development*, Volume 14, Number 1
- 34.Guha,S. and Gupta, G (2005) Microcredit for Income Generation : The role of Rosca. *Economic and Political Weekly*, Vol.40, No.14 8 Apr. 2005, pp.1470-1473

35. Guttman, J. (2006) Assortative Matching, Adverse Selection, and Group Lending. *Networks Financial Institute Working Paper 2006-WP-07*
36. Harper, M. (1994) *MicroCredit - The Benign Paradox*. Paper Series, Cranfield School of Management
37. Haeussler, J. (2009) *Pricing Transparency for the stakeholders of Microfinance*.
38. Kurosaki, T. And Khan, H. (2011) Vulnerability of MicroFinance to Strategic Default and Covariate Shocks: Evidence from Pakistan. *Center for Economic Institutions Working Paper Series No.2010-13*
39. Lapenu, C. (2000), IFPRI Policy Brief no. 6 Worldwide Distribution and Performance of Microfinance Institutions. Disponível em: [http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/mp05\\_brief.pdf](http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/mp05_brief.pdf)
40. Lapenu, C and Zeller, M . (2001) Distribution, Growth, and performance of Microfinance Institutions in África, Asia, and Latin America. *FCND DISCUSSION PAPER NO. 114*
41. Latifee, H. (2006) *The Future of MicroFinance: Visioning the Who, What, when, Where, why and How of Microfinance Expansion over the Next 10 years*. Grameen Trust Publication.
42. Ledgerwood, J. (1998) *MicroFinance Handbook – An Institutional and Financial Perspective*. World Bank
43. MacIsaac, N. (1997) *The role of Microcredit in Poverty Reduction and Promoting Gender Equity : A Discussion Paper*. Hull, Canada CIDA
44. McDowell, M. (2006) Microcredit in Europe: The experience of the Savings Banks. Perspectives – World Savings Banks Institute – European Savings Banks Group 2006
45. Ming-Yee, H. (2007) The International Funding of MicroFinance Institutions: An Overview. *ADA Microfinance Expertise*, pp.2
46. Morduch, J. (1999) The Microfinance Promise. *Journal of Economic Literature* 37(4): 1569-1614
47. Moyo, D. (2009) *Dead Aid – why aid is not working and how there is another way for África*. Penguin Books, pp.126-140

48. Nimal, F. (2006) *Understanding and Dealing with High Interest Rates on Microcredit. A Note to Policy Makers in the Asia and Pacific Region*. Asian Development Bank
49. Oudshoorn, M. (2010) *The Microfinancial Performance of Dutch Microcredit. A double bottom line alternative*. Tese de Mestrado, Erasmus University Rotterdam.
50. Oke, J. and Adeyemo, R. And Agbonlahor, M. (2007) An Empirical Analysis of Microcredit Repayment in SouthWestern Nigeria. *Humanity & Social Sciences Journal*, 2 (1): pp. 63-74
51. Rhyne, E. (2001) Crisis in Bolivian Microfinance. *Monday Developments*. Disponível em <http://www.accion.org/Document.Doc?id=58> )
52. Rogers, S. (2000) Growing the microcredit industry in the United States: barriers to growth and strategies for success. *School for International Training*, Capstone Collection, Paper 410
53. Rosenberger, R. (1999) Measuring Microcredit Delinquency: ratios can be harmful to your health. CGAP-Consultative Group to Assist the Poorest, Washington. Occasional Paper No. 3.
54. Rosenberg, R. (2008) Why do Microcredit Rates vary so dramatically around the world. *CGAP- Advancing Financial Access for the Worlds poor*. Disponível em <http://microfinance.cgap.org/2008/06/20/why-do-microcredit-interest-rates-vary-so-dramatically-around-the-world/>
55. Rosenberg, R. and Gonzalez, A. and Narain S. (2009) The New Moneylenders: Are the Poor Being Exploited by High Microcredit Interest Rates?. *CGAP Occasional Paper*, No. 15 February 2009
56. Roslan, A. And Karim, M. (2009) Determinants of Microcredit Repayment in Malaysia: The case of Agrobank. *Humanity & Social Sciences Journal*, 4(1): 45-52, 2009 ISSN 1818-4960
57. Schreiner, M (2000) Formal RoSCAs in Argentina. *Development in Practice*, Vol. 10, No. 2 May 2000, pp. 229-232
58. Sengupta, R. and Aubuchon, C (2008) The microfinance revolution: An overview. *Federal Reserve Bank of St. Louis REVIEW* ,Jan/Feb 2008, pp. 9-28.

59. Shastri, R. (2009) Micro finance and poverty reduction in India (A comparative study with Asian Countries). *African Journal of Business Management*, Vol.3 (4) April 2009, pp. 136-140.
60. Srinivasan, R (2007) *Measuring Delinquency and Default in Microfinance Institutions*. Indian Institute of Management Bangalore Working Paper no.254, March 2007
61. The Mix Market (2009) *Microfinance Information Exchange*. Disponível em: <http://www.mixmarket.org/profiles-reports/crossmarket-analysis-report>
62. The Mix Market (2011, Janeiro). *Microfinance Information Exchange*. Informação retirada do site: (<http://www.themix.org/publications/microbanking-bulletin/2011/01/sacrificing-microcredit-unrealistic-goals>)
63. Wooldridge, Jeffrey M. (2002) *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. In MIT Press, London
64. World Bank Policy Research Report (2001) *Engendering Development – Through Gender Equality in Rights, Resources and voice* Oxford. University Press, Inc. , Janeiro 2001
65. Yunus, M. (1997) “Banker to the Poor”(1997 : 147), 5th edition, Difel.
66. Yunus, M. (2006) What is Microcredit? Disponível em <http://www.grameen-info.org/bank/WhatIsMicrocredit.htm>
67. Yunus, M. (2007) *Creating a World Without Poverty : Social Business and The future of Capitalism*, 1<sup>st</sup> edition. New York. PublicAffairs.

## **ANEXOS**

---



## Anexo I

### GLOSSÁRIO

**Adequação de capital:** O montante de capital que uma MFI tem em activos, que indica um nível suficiente de capital para absorver as perdas potenciais, garantindo a sustentabilidade financeira. Fonte: Ledgerwood 1999.

**Alavancagem:** A quantidade de dinheiro emprestado por uma MFI face ao seu capital próprio. Fonte: Ledgerwood 1999.

**Análise de Fluxos de Caixa:** Identificação dos fluxos de caixa de uma MFI relativos à quantidade de dinheiro necessária para as operações e o montante dos fundos disponíveis para investimento. Fonte: Ledgerwood 1999.

**Avaliação:** As avaliações incluem avaliações instrumentais, exercícios de classificação e outras actividades que podem determinar a situação financeira da Instituição, em termos operacionais. Fonte: ACCION n.d.

**Banco Rural:** Instituição de serviços bancários que tem como alvo clientes que vivem e trabalham em zonas não urbanas e que estão geralmente envolvidos em actividades relacionadas com a agricultura. Fonte: The MIX Market 2011.

**Capitalizar:** Registrar como um activo no balanço a ser amortizado no futuro (através de uma despesa de depreciação na demonstração de resultados). Source: Ledgerwood 1999.



**Carteira activa de empréstimos:** O montante total emprestado menos a quantidade total de empréstimos reembolsados, ou seja, todo o dinheiro devido à instituição sob a forma de empréstimos a partir da data em que o relatório é arquivado. Fonte: ACCION n.d.

**Cientes abaixo do nível de pobreza (%):** Percentagem de clientes que vivem abaixo da linha de pobreza. É considerado abaixo da linha de pobreza a população que vive com menos de US\$ 2 por dia. Fonte: The MIX Market 2011.

**Cientes activos:** O número de clientes com empréstimos em curso em qualquer data. Por norma, as estatísticas oficiais da instituição acerca de clientes activos incluem os clientes com empréstimos em curso na data em que as suas demonstrações financeiras são arquivadas. Fonte: ACCION n.d.

**Colateral:** Activos dados em garantia por um mutuário para obter um empréstimo, que podem ser recuperados em caso de incumprimento. Num contexto de microfinanças, a garantia pode assumir a forma de activos fixos (ex: um carro, uma máquina de costura) ou garantias de grupo. Fonte: ACCION n.d.

**Cooperativas/Unões de Crédito:** São intermediários sem fins lucrativos. Podem oferecer uma gama de serviços financeiros, incluindo empréstimos e depósitos, usados para benefício dos seus membros. Enquanto não são reguladas por uma Agência de supervisão bancária Estatal, podem ser supervisionadas por uma entidade de cooperação regional ou nacional. Fonte: The MIX Market 2011.

**Crédito:** Empréstimo de fundos com plano de reembolso. Fonte: Ledgerwood1999.

**Crédito bancário do género “Village Banking”:** Metodologia de crédito em que os clientes, tipicamente mulheres, formam grupos de aproximadamente 10-30 indivíduos que são autonomamente responsáveis pela liderança, estatuto social, contabilidade, financiamento, supervisão e gestão de empréstimos. O grupo utiliza os fundos para empréstimos às empresas, economia e apoio mútuo e para garantias de empréstimos. Fonte: ACCION n.d.

**Dívida Financeira:** Passivos líquidos também conhecidos como agregado monetário largo ou M3. Eles são a soma de moeda e depósitos no banco central (M0), além de depósitos transferíveis e moeda electrónica (M1), além de tempo e depósitos de poupança, depósitos transferíveis de moeda estrangeira, certificados de depósito e acordos de recompra de títulos (M2), além de travelers checks, depósitos a prazo moeda estrangeira, papel comercial e quotas de fundos de investimento ou fundos de mercado detidas por residentes. Fonte: Ledgerwood 1999.

**Doações:** Doações recebidas durante o ano financeiro para aplicar em operações de serviços financeiros. Fonte: The MIX Market 2011.

**Empréstimos de Grupo:** Empréstimos que envolvem a formação de grupos de pessoas que têm um desejo comum para aceder a serviços financeiros; muitas vezes incluem garantias de grupo. Fonte: Ledgerwood 1999.

**Garantia:** Tradicionalmente são bens físicos como propriedade, terras, máquinas e outros activos fixos. Formas alternativas de material de apoio incluem garantias de grupo, poupança obrigatória, activos nominais e garantias pessoais. Fonte: Ledgerwood 1999.

**Grupos de auto-ajuda:** Também designados de grupos de poupança. Os chamados SHG (Self Help Groups) são formados por grupos de cerca de cinco a vinte membros, com reuniões periódicas, geralmente nas casas dos membros. Em cada reunião todos os membros devem poupar a mesma quantidade. Os grupos utilizam as poupanças realizadas para emprestar aos seus membros, armazenar em cofres, ou depositá-las numa conta bancária do grupo, a fim de garantir um empréstimo de grupo. Geralmente são compostos por pequenos depositantes rurais. Fonte: The Mix Market 2011

**Incumprimento:** Falha no pagamento atempado de juros ou de capital para um empréstimo, ou no cumprimento de algum dos termos do empréstimo. Fonte: ACCION n.d.

**Influxos de caixa:** Dinheiro recebido pelo negócio ou agregado sob a forma de salários, receitas de vendas, empréstimos ou doações. Fonte: Ledgerwood 1999.

**Intermediação Social:** Assistência no desenvolvimento das capacidades dos grupos, investindo em formação dos recursos humanos, para que possam funcionar autonomamente. Fonte: Ledgerwood 1999.

**Intermediação Financeira:** Chama-se de intermediação financeira o processo de mobilização de depósitos para empréstimos, ou para outro tipo de investimento financeiros. Fonte: The MIX Market 2011.

**Microcrédito:** O Microcrédito é uma pequena quantidade de dinheiro emprestado a um cliente por um indivíduo, banco ou outra instituição. O Microcrédito pode ser oferecido, muitas vezes sem garantia real, para um indivíduo ou por meio de empréstimos do grupo. O empréstimo em grupo é um mecanismo que permite que um número de indivíduos aceda a empréstimos através de uma garantia de reembolso do grupo. O incentivo para reembolsar baseia-se na pressão dos pares; se uma pessoa no grupo entra em incumprimento, os outros membros do grupo cumprem o valor do

pagamento. Empréstimos individuais, por outro lado, concentram-se num cliente e não requerem outras pessoas ou garantia de um empréstimo. Fonte: International Year of Microcredit 2005

**Microfinanças:** Prestação de serviços financeiros para clientes com baixo rendimento, incluindo os trabalhadores independentes. Além de intermediação financeira, algumas MFIs também fornecem serviços de intermediação social, incluindo ajuda na formação do grupo e o desenvolvimento da auto-confiança, alfabetização financeira e outros serviços. Fonte: Ledgerwood 1999.

Refere-se a empréstimos, poupanças, seguros, serviços de transferência e outros produtos financeiros dirigidos para clientes de baixos rendimentos. Fonte: Shastri 2009.

**Micropoupança:** São serviços de depósito que permitem às pessoas armazenar pequenas quantidades de dinheiro para uso futuro, muitas vezes sem requisitos de saldo mínimo. Contas de poupança permitem que as famílias guardem pequenas quantias de dinheiro para atender às despesas inesperadas e para futuros investimentos, como educação e idade avançada. Fonte: Shastri 2009.

**Microssseguro:** É um sistema pelo qual as pessoas, empresas e outras organizações efectuam pagamentos para compartilhar riscos. O acesso ao seguro permite que os empresários se concentrem mais no crescimento dos seus negócios do que nos outros riscos que afectam a propriedade, a saúde ou a capacidade de trabalhar. Fonte: Shastri 2009.

**Número de mutuários activos:** Número de mutuários activos no início do ano - Número de mutuários activos no fim do ano. Fonte: The MIX Market 2011.

**Pequenas e Médias Empresas (PME's):** Empresas que empregam 5 a 10 trabalhadores (pequenas empresas) ou entre 10 e 50 trabalhadores (medias empresas). Fonte: ACCION n.d.

**PIB (actual US\$):** Produto Interno Bruto (PIB) mede a produção total de bens e serviços para utilização final que ocorrem dentro do território nacional de um determinado país. Produto Interno Bruto a valores do consumidor (a preços de mercado) é a soma dos valores acrescentados por todos os produtores residentes e associados na economia mais quaisquer impostos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos brutos. Calcula-se sem fazer deduções para amortização dos bens fabricados ou de esgotamento e degradação dos recursos naturais. Fonte: The MIX Market 2011.

**Poupança contratual/programada:** Economia em que o cliente se compromete a regularmente depositar uma quantia fixa por um período determinado de tempo para atingir um objectivo pré-determinado. Após a data de vencimento, o cliente pode retirar a totalidade do montante acrescido de juros vencidos. A retirada antecipada é proibida ou penalizada. Produtos contratuais ajudam depositantes acumular fundos para atender às necessidades específicas, tais como despesas associadas à escola, um festival, um novo negócio, comprar um equipamento ou uma casa nova. Este tipo de poupança também ajuda as Instituições Financeiras a prever melhor o volume e as datas dos depósitos e retiradas. Fonte: CGAP n.d.

**Provedor de Serviços Financeiros Formais:** Uma instituição que fornece serviços financeiros formais é formalmente reconhecida pelo governo, e é muitas vezes (mas não necessariamente) regulada. Prestadores formais de serviços financeiros incluem bancos comerciais, bancos estatais, bancos rurais / agrícolas, caixas económicas e instituições não-bancárias de financiamento. Outras instituições financeiras, tais como ONGs de microfinanças e cooperativas de crédito também podem ser consideradas como prestadoras formais de serviços financeiros, apesar de, na sua maioria

não serem reguladas. Accion n.d.

**Rácios:** Cálculos que comparam dados financeiros, muitos vezes utilizados como indicadores de desempenho. Fonte: Ledgerwood 1999.

**Reembolso:** A real transferência de recursos financeiros. O reembolso de um Microcrédito reflecte a transferência do montante do empréstimo da instituição mutuante para o mutuário. Fonte: ACCION n.d.

**Regulamento Financeiro:** Conjunto de princípios, regras, normas e procedimentos de conformidade que se aplicam às instituições financeiras. Fonte: The Mix Market 2011.

**Remessas:** São transferências de fundos de um sítio para outro, geralmente através das fronteiras, para família e amigos. Em comparação com outras fontes de dinheiro que podem variar dependendo do clima político ou económico, as remessas são uma fonte relativamente estável de fundos. Fonte: Shastri 2009.

**Saldo médio de empréstimo por mutuário:** Carteira de crédito bruta / número de mutuários activos. Fonte: The MIX Market 2011.

**Saídas de dinheiro:** Dinheiro pago pelo negócio ou agregado para cobrir os pagamentos ou compras. Fonte: Ledgerwood 1999.

**Sem-banco:** Descreve as pessoas que não têm acesso a serviços financeiros através de qualquer tipo de organização do sector financeiro, como bancos, financeiras e instituições bancárias e não bancárias, cooperativas financeiras e cooperativas de crédito, sociedades financeiras e ONGs. Implícito nesta definição é que os serviços financeiros são geralmente disponíveis apenas para aqueles indivíduos denominados "economicamente activos" ou financiáveis. Fonte: Shastri 2009

**Supervisão Financeira:** Monitorização das organizações para fins de conformidade com o Regulamento Financeiro. Fonte: Ledgerwood 1999.

**Taxa de perda de empréstimos:** Calcula os créditos de liquidação duvidosa para um período específico (geralmente um ano). Fonte: Ledgerwood 1999.

**Taxa de Reembolso:** Taxa histórica de valorização de empréstimo, medindo a quantidade de pagamentos recebidos com relação ao montante devido. Fonte: Ledgerwood 1999.

**Terminal POS :** Point of Sale. Pequeno dispositivo portátil que facilita uma transacção electrónica financeira. Os dispositivos POS podem servir como uma agência bancária em certos casos. São, normalmente, baratos e fáceis de transportar e desempenham um papel importante no acesso a serviços financeiros em áreas rurais e com infra-estrutura subdesenvolvidas. Fonte: ACCION n.d

**Tipo de Instituições de Microfinanças:** MFIs podem ser bancos, cooperativas/uniões de crédito, ONG, Bancos Rurais, outros. Fonte: The MIX Market 2011.

**Viabilidade Financeira:** a capacidade de uma MFI para cobrir os seus custos com ganhos das suas receitas. Fonte: Ledgerwood 1999.

## Anexo II

### Perfil das regiões mundiais

#### África:

Carteira de Crédito Bruta	4,6 Biliões (USD, 2010)
Nr. De Mutuários Activos	4,5 Milhões
Saldo médio por mutuário	371,9 (USD, 2010)
Activos	6,7 Biliões (USD, 2010)
Depósitos	4,7 Biliões (USD, 2010)
Nr. De depositantes	16,6 milhões

Fonte: The Mix Market. Dados em USD para o ano de 2010, comunicados por MFIS presentes em 32 países africanos.

#### Leste Asiático e Pacífico:

Carteira de Crédito Bruta	21,2 Biliões (USD, 2010)
Nr. De Mutuários Activos	15,8 Milhões
Saldo médio por mutuário	305,9 (USD, 2010)
Activos	8,4 Biliões (USD, 2010)
Depósitos	3,3 Biliões (USD, 2010)
Nr. De depositantes	5,8 Milhões

Fonte: The Mix Market. Dados em USD para o ano de 2010, comunicados por MFIS presentes em 13 países do Leste Asiático e Pacífico.



#### Europa Oriental e Ásia Central:

Carteira de Crédito Bruta	8,2 Biliões (USD, 2010)
Nr. De Mutuários Activos	2,8 Milhões
Saldo médio por mutuário	1682,60 (USD, 2010)
Activos	11,9 Biliões (USD, 2010)
Depósitos	6 Biliões (USD, 2010)
Nr. De depositantes	2,8 Milhões

Fonte: The Mix Market. Dados em USD para o ano de 2010, comunicados por MFIS presentes em 21 países da Europa Oriental e Ásia Central.

#### América Latina e Caraíbas:

Carteira de Crédito Bruta	21,6 Biliões (USD, 2010)
Nr. De Mutuários Activos	14,6 Milhões
Saldo médio por mutuário	1024,40 (USD, 2010)
Activos	27,6 Biliões (USD, 2010)
Depositos	14,1 Biliões (USD, 2010)
Nr. De depositantes	15,1 Milhões

Fonte: The Mix Market. Dados em USD para o ano de 2010, comunicados por MFIS presentes em 22 países da América Latina e Caraíbas.

#### Médio Oriente e Norte de África:

Carteira de Crédito Bruta	1,2 Biliões (USD, 2010)
Nr. De Mutuários Activos	2,2 Milhões
Saldo médio por mutuário	610,8 (USD, 2010)
Activos	1,6 Biliões (USD, 2010)
Depósitos	122 Milhões (USD, 2010)
Nr. De depositantes	89,552

Fonte: The Mix Market. Dados em USD para o ano de 2010, comunicados por MFIS presentes em 10 países do Médio Oriente e Norte de África.

Sul da Ásia:

Carteira de Crédito Bruta	9 Biliões (USD, 2010)
Nr. De Mutuários Activos	58,6 Milhões
Saldo médio por mutuário	144 (USD, 2010)
Activos	11,4 Biliões (USD, 2010)
Depósitos	3,3 Biliões (USD, 2010)
Nr. De depositantes	26,4 Milhões

Fonte: The Mix Market. Dados em USD para o ano de 2010, comunicados por MFIS presentes em 7 países do sul da Ásia.

---



## Anexo III

### Actores presentes no Microcrédito

#### Distribuição geográfica:

Região	Nr. De MFIS	Montante Total (em USD)	Taxa Média (ponderada)	Prazo (meses, média ponderada)
<b>África</b>	166	2.285.488,899	7.71%	57
<b>Leste Asiático e Pacífico</b>	125	1.739.060,000	7.50%	51
<b>Europa Oriental e Ásia Central:</b>	185	10.617.494,645	7.49%	65
<b>América Latina e Caraíbas</b>	307	12.604.811,116	8.29%	59
<b>Médio Oriente e Norte de África</b>	46	2.122.519,770	5.76%	72
<b>Sul da Ásia</b>	179	9.114.314,476	10,78%	53

Fonte: The Mix Market. Dados de 2010, recolhidos de um total de 1008 MFIS presentes nas várias regiões.

**Actores presentes nas diversas regiões ( por tipo de MFI ):**

<b>Tipo de MFIs</b>	<b>Nr. De MFIS</b>	<b>Montante Total (em USD)</b>	<b>Taxa Média (ponderada)</b>	<b>Prazo (meses, média ponderada)</b>
<b>DFI</b>	500	8.342.586,795	8.07%	70
<b>Instituições Financeiras</b>	761	13.810.749,177	9.62%	45
<b>Fundos</b>	502	8.868.028,446	8.86%	50
<b>Governo</b>	462	3.595.617,094	5.52%	104
<b>Outros</b>	670	3.915.205,727	7.76%	67

Fonte: The Mix Market. Actores de crédito presentes na base de dados publicada pelo Mix Market para o ano de 2010.

## Anexo IV

### Base de Dados

country	Green	Yellow	Red	Grand Tot	%populat	%aemplo	%GPI gros	%girls eni	%gross er	%girls eni	GPI Gross	Gini Inde	Income SI	%Poverty	%Poverty	Total Prin	Per Capita
Afghanistan	15308	83289	196447	295044	48,21		0,66	38,23	1,28		0,28					0,01786	800
Albania	39443	22454	33087	94984	50,67	58						33,03	3,24	4	5,3	0,10579	6300
Angola			8582	8582		5,1						58,64	0,6			0,18483	8900
Argentina			30000	30000	50,95	0,8						48,81	1,17			3,2	13800
Armenia	40902	107142	75079	223123	53,39	46,2	1,02		34,21	54,7		30,25	3,61	15,1		0,21973	5900
Azerbaijan	42755	89	272263	315107		38,7	0,99			44,28		16,83	6,11	15,5		0,61622	10400
B & H	49749	129517	168275	347541	51,88		0,94					36,26		4,6	4,9		6300
Bangladesh	6443533	485252	13365030	20293815	49,44	48,1	1,07		6,98	34,9		31,02	4,26	9	9,8	0,78919	1600
Benin	41570	25345	70864	137779	49,51			45,53				38,62	2,87		14	0,04428	1500
Bolivia	19184	554604	298867	872655		39,6				45,04		57,19	0,72	31,2	43,4	0,2404	4600
Brazil	123115		697613	820728	50,77	19,3					1,29	55,02	1,06	19,6	28,4	10,13	10200
Bulgaria	53193	1220	4672	59085		7,5		48,34		53,71		29,24	3,46	4,2		0,82783	12600
Burkina Faso		124951	26879	151830		88,8		46	3,06		0,5	39,6	3,01	15,3	17,6	0,01876	1200
Cambodia		247987	862700	1110687		39,8	0,94		7,02	34,35	0,54	44,2	2,7	6,7	8,31	0,0621	1900
Cameroon	57285	91942	43038	192265		60,6	0,86	45,87	7,82	44,06	0,79	44,56	2,37			0,09367	2300
CAR		2757		2757	50,86						0,33	43,57	2,1			0,00558	700
Chad			18835	18835		83	0,48	41,1				39,78	2,61			0,00352	1600
Chile		171841	38031	209872		12,3	0,95			49,42	1,01	52	1,59	5,7		1,15	14700
China	0	9037	40029	49066	48,1	44,1			22,05	47,89		41,53	2,37			77,81	6600
Colombia	4733	1121918	1100019	2226670		18,4	1,02	48,84				58,49	0,76	34	44	1,34	9200
Congo			75036	75036													
Congo, DR			74869	74869			0,66	45,46		25,87	0,35	44,43	2,29		34,9	0,10494	300
Costa Rica	4186	4844	14270	23300		13,2			25,34			48,91	1,62	8,6	10,8	0,19073	10900
Cote D'Ivoire	2717	44692		47409								48,39	1,96			0,12727	
Dominican R.			216542	216542		14,5	0,93	47,42				48,35	1,58	16,8	24	0,28674	8300
East Timor			13325	13325			0,94	47,3	15,2			31,92	3,88	11,9		0,00461	2400
Ecuador	162401	314653	190642	667696		8,3	1				1,22	54,37	1,23	18		0,47235	7400
Egypt			1112892	1112892	49,72	31,2					0,54	32,14	3,85	2,97		2,71	6000
El Salvador	7579	69287	107325	184191		18,9	0,97			54,59		46,85	1,34	16,5	24,2	0,13707	7100
Ethiopia		1138280	130906	1269186		8,6	0,89	47,01	3,6			29,76	4,07	12	12	0,1067	900
Gambia, The		9836	3453	13289		64,7						47,28	1,95	25,9		0,00468	1400
Georgia	20	63993	87980	151993		53,4	0,98		34,29			40,8	1,9			0,16297	4400
Ghana	7781		193115	200896	49,32	55	0,99			34,24	0,54	42,76	1,94	9,6	13,5	0,13661	1500
Guatemala		13880	215553	229433		33,2	0,94	48,02		50,81		53,69	1,25	22,6		0,2116	5200
Guinea			70817	70817		76	0,55		9,22	24,4	0,34	43,34	2,39			0,02347	1000
Haiti			109842	109842		50,5						59,5	0,88			0,02693	1300
Honduras		15760	149029	164789		39,2	1					55,31	0,71	22,3	34,5	0,12933	4200
India	2855794	7100878	16650000	26606672								36,8	3,64		5,6	19,09	3100
Indonesia		34730	251394	286124		41,2	0,93	48,06	18			37,58	3,14	2,9		4,89	4000
Iraq			33040	33040	49,44	17	0,84		15,7		0,59					1,24	3600
Jordan	20133		139385	159518		3,6				51,29		37,72	3,01	3,3	4,7	0,32456	5300
Kazakhstan	19586	279	34697	54562		33,5	1		41,05		1,44	30,92	3,64	3,1	4,5	3,02	11800
Kenya			1376053	1376053			0,98			41,2		47,68	1,77	16,6	14,1	0,21837	1600
Kosovo		111981	41130	153111										13,3			2500
Kyrgyzstan		35668	280815	316483		36,3	0,99				1,36	33,47	3,87	10	12	0,2088	2100
Lebanon			31695	31695						54,66	1,24					0,19971	13100
Liberia			20438	20438	50,29			46,92				52,56	2,35			0,00871	500
Macedonia	7811	35988	3044	46843	50,07	18,2	1	48,24				42,8	1,91	6,7	6,5	0,118	9000
Madagascar			65596	65596		82		49,22		47,22		47,24	2,62	26,8	28,9	0,04324	1000
Malawi			117851	117851	50,28		1,03		0,49			39,02	2,93	8	8,6	0,02949	900
Malaysia			206379	206379	49,24	14,8				54,84		37,91	2,6			2,41	14800
Mali	7809	45710	114344	167863		41,5		44,84	5,44		0,45	38,99	2,73			0,0126	1200
Mexico		786467	3672625	4459092		13,5	0,98		26,3			51,61	1,22	6,34	12,15	7,59	13500
Moldova		6715	16681	23396		32,8		48,3	39,86			37,35	2,67	16,5		0,1463	2300
Mongolia	384317		384317	384317	50,56	40,6						36,57	2,94	11	13,2	0,10317	3200
Morocco		401374	510686	912060		43,3		46,69		47,28		40,88	2,66	4,4	6,7	0,56348	4600
Mozambique			30839	30839			0,88	46,72	1,45		0,49	47,11	2,12	20,4	19,9	0,17827	900
Nepal	34567	440333	112052	586952		65,7		48,88	5,55			47,3	2,74	7,5	8,5	0,07444	1200
Nicaragua	29390	113548	245428	388366		29,1		48,44				52,33	1,35	17		0,07498	2800
Niger			48894	48894			0,6			28,16		43,89	2,33			0,0176	700

country	%firms us	Small Size	%Value o	Practices	Delay in d	Percentile	%of fema	Expected	Adult Lite	%Poverty	%of firms	Womens	Unemplo	Corruptio	Access to	Continen	Hemisphe
Afghanist	1,42	64,86	253,55	3,36	44,76	4		4,51			2,81		8,5	8,41	16,82	4	1
Albania	12,38	70,44	146,63	17,64	15,7	57		11,36	98,7	4	10,83	0,5	22,7	11,01	6,55	5	1
Angola	2,13	83,69	99,59	6,9	33,8	17		3,95	57		23,38	0,2		12,53	11,61	1	2
Argentina	6,88	47,75	159,3	12,1	15,54	28		16,51	97,7		30,26	0	7,25	4,33	15,73	2	2
Armenia	31,93	53,93	95,64	21,84	14,28	62		12,44	99,4	15,1	31,78	0	9,59	3,81	12,6	4	1
Azerbaijan	19,02	60,24	102,43	14,06	9,46	43	0	12,9		15,5	10,79		6,5	18,22	23,09	4	1
B & H	59,67	51,79	173,44	11,42	17,21	49	8,9		95,9	4,6	32,78		29	8,23	10,88	5	2
Banglade	24,68	40,59	147,06	0,42	36,28	21	60,1	8,25	49,8	9	16,08	0,3	4,3	4,26	34,92	4	1
Benin	4,18	81,36	227,58	14,56	86,1	36		6,28	28,1		43,92	0	0,7	6,34	18,24	1	1
Bolivia	22,24	55,3	185,74	28,06	50,53	16	34,8	13,53		31,2	41,1	0,5	5,4	7,97	7,29	2	2
Brazil	48,37	30,48	71,01	8,5	5,89	58	8,1	14,1		19,6	59,31	0	7,9	2,29	12,67	2	2
Bulgaria	34,68	68,84	145,17	15,25	105,82	73	1,5	13,76	97,9	4,2	33,93	0	5,7	8,14	17,19	5	1
Burkina F	25,57	67,09	175,45	10,82	16,24	43	87,3	5,26		15,3	19,24	0,5	2,4	9,74	35,49	1	1
Cambodia	11,25	67,87	180,01	9,05	6,48	34	53,3	9,22	68,6	6,7	15,7		7,1	24,08	4,93	4	1
Cameroon	31,37	60,46	213,13	24,9	13,01	26	27,2	8,86	67,8			0,5	7,5	7,43	16,58	1	1
CAR						9		3,61	41,1			0				1	1
Chad	4,18	57,94	136,42	4,99	6,35	9	44,4	4,4	21,9		40,09	0,5	0,7	13,53	3,16	1	1
Chile	29,07	47,16	100,21	18,5	41,05	93	2,8	14,42	98,7	5,7	27,8	0	7,8	2,66	7,76	2	2
China						46		11,35	90,5			0,2	4,2			4	1
Colombia	30,55	64,6	113,36	34,59	17,04	59	6,32	13,54	93,44	34	43,04	0	11,7	2,64	7,57	2	3
Congo					6,52	12								8,7		1	4
Congo, Df	3,26	80,91	129,08	7,56	21,9	5		6,21	56,1	32,2	21,2			0,46	14,87	1	4
Costa Rica						66	2,8	11,96	96,2	8,6	65,26	0	4,6			2	1
Cote D'Iv	13,89	86,12	55,94	5,53	14,59						61,94		4,1		45,17	1	1
Dominican R.						46	3,4	12,51		16,8		0	15,6			2	1
East Timo	1,59	60,36		2,01	24,02	6				11,9				6,72	12,13	4	2
Ecuador	23,97	58,31	157,33	8,35	24,87	14	11,1	13,55		18	32,72	0	6,9	18,29	14,18	2	4
Egypt	5,57	36,14	85,47	14,48	165	49	32,6	10,37		2,97	33,96	0	8,7	2,98	5,68	1	1
El Salvado	17,27	67,55	150,78	15,3	39,85	61	9,9	12,02	81,36	16,5	39,56	0,1	6,6	13,35	10,88	2	1
Ethiopia	10,95	50,41		14,35	19,44	20	12,7	7,45		12	30,91	0,5	17	2,91	18,83	1	1
Gambia, T	7,59	69,36	192,95	4,07	20,75	36		8,26	34,3	25,9	21,34			0,59	11,66	1	1
Georgia	38,16	59,43	185,08	8,91	16,2	69	39	12,59	99,7		40,84		13,3	4,89	18	4	1
Ghana	16,02	70,33	128,25	1,37	15,72	55		9,31	59,3	9,6	44,01	0,5	10,4	0,28	33,13	1	1
Guatemala	12,81	67,31	125,1	21,02	76,37	50	24,5	10,26	68,7	22,6	28,43		1,8	7,71	8,22	2	1
Guinea	0,87	87,22	95,17	2,58	20,82	14		7,2	36,5		25,43	0		3,12	8,3	1	1
Haiti						19	11,2	6,19				0	7,2			2	1
Honduras	8,51	54,19	78,16	8,36	47,74	45	8,3	12,01		22,3	39,89	0,3	3,1	19,2	19,21	2	1
India	46,73	72,08	125,97	1,62	20,67	47		9,76			9,11	0,5	5	10,69	6,47	4	1
Indonesia	11,67	87,99	53,11	13,74	19,96	45	33,6	12,56		2,9		0,2	8,4	1,63	47,87	4	4
Iraq						15		8,35	69,2				10,5			4	1
Jordan	8,55	39,94	127,99	5,98	31,14	63		13,08		0,3	13,13	0	12,7	6,08	9,2	4	1
Kazakhstan	30,98	42,39	91,21	12,72	40,53	40	1,3	15,61	99,5	3,1	34,43		8,4	15,18	13,24	4	1
Kenya	22,92	64,44	120,81	11,98	27,97	51		9,38	82,8	16,6	37,1	0,7	9,8	9,59	13,47	1	3
Kosovo	25,29	79,34	236,06	12,81	50,2	54				13,3	10,92			20,63	2,01	5	1
Kyrgyzsta	17,85	53,7	127,81	11,05	15,37	42	19,3	13	99,1	10	60,43		8,3	9,6	19,85	4	1
Lebanon	23,82	49,33	160,59	3,97	27	48		14			27,88	0	8,1	4,76	10,58	4	1
Liberia	10,1	93	58	2,31	7,06	8		9,22	53		52,97		5,6	11,93	39,79	1	1
Macedoni	47,04	65,79	175,93	31,3	14,46	58	14,9	12,44	95,4	6,7	36,4		33,8	1,41	26,85	5	1
Madagasc	12,15	54,03	106,1	15,42	114,71	42	73	9,99		26,8	50,04	0	2,6	2,5	13,27	1	2
Malawi	20,64	58,42	161,09	8,91	69,68	39		8,79	65,8	8	23,85	0,5	7,8	2,55	45,65	1	2
Malaysia	48,58	20,27	64,6	0	9,63	60	8,8	13,1	89,8		13,06	0,2	3,2	11,11	7,22	4	1
Mali	6,96	78,99	172,59	10,88	42,64	41	10,2	6,83			18,35	0,7	8,8	2,91	23,53	1	1
Mexico	2,61	72,19	133,81	19,01	13,72	65	10	13,51	91,45	6,34	24,81		4	17,86	8,64	2	1
Moldova	30,75	61,15	138,61	7,14	12,34	48	3,4	11,97	97,8	16,5	53,06		4	10,11	19,5	5	1
Mongolia	26,5	44,57	41,17	7,11	81,48	43	31,7	14,26	97,8	11	52		2,8	4,42	30,32	4	1
Morocco	12,29	17,2	171,24	11,38	13,12	53	51,8	9,82	44,1	4,4	13,12	0,2	9,6	2,73	14,26	1	1
Mozambi	10,54	62,8	91,99	21,36	34,1	35		7,37	40,1	20,4	24,43	0,5	2,2	4,13	23,15	1	2
Nepal	17,48	85,33	259,73	0,25	10,5	27	12,9	8,05	45,4	7,5	27,35	0,7	8,8	0,34	2,5	4	1
Nicaragua	12,97	65,12	129,43	11,38	44,5	40	9,1	10,95		17	41,41	0	5,2	7,31	17,29	2	1
Niger	9,3	75,08	229,58	21,16	29,63	33		3,64			17,59	0,3	1,5	13,8	20,35	1	1